

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	22
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	96
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	775.175
Preferenciais	1.192.210
Total	1.967.385
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	Dividendo	24/07/2019	Ordinária		0,03996
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	Dividendo	24/07/2019	Preferencial		0,03996
Reunião do Conselho de Administração	06/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	24/07/2019	Ordinária		0,02407
Reunião do Conselho de Administração	06/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	24/07/2019	Preferencial		0,02407
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2019	Dividendo	24/07/2019	Ordinária		0,03228
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2019	Dividendo	24/07/2019	Preferencial		0,03228

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	7.568.061	6.354.508
1.01	Ativo Circulante	1.643.228	1.393.190
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.282	103.591
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.194.822	848.268
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.194.822	848.268
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.194.822	848.268
1.01.03	Contas a Receber	241.562	378.042
1.01.03.01	Clientes	241.562	378.042
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.417	13.822
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	47.417	13.822
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	47.417	13.822
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.145	49.467
1.01.08.03	Outros	54.145	49.467
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.723
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	38.259	35.410
1.01.08.03.04	Outros Créditos	15.886	11.334
1.02	Ativo Não Circulante	5.924.833	4.961.318
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	183.812	208.321
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	115.530	123.576
1.02.01.07.04	Créditos Fiscais de Ágios Incorporados	115.530	123.576
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	8.961	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	8.961	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	46.246	71.670
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	44.528	69.641
1.02.01.10.04	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	169	225
1.02.01.10.20	Outros Créditos	1.549	1.804
1.02.02	Investimentos	2.842.541	1.797.605
1.02.02.01	Participações Societárias	2.842.541	1.797.605
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.842.541	1.797.605
1.02.03	Imobilizado	2.858.082	2.912.681
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.799.820	2.877.990
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.797.721	2.875.891
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.940	752
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Terreno Arrendado	4.940	0
1.02.03.02.03	Imobilizado Arrendado	0	752
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	53.322	33.939
1.02.04	Intangível	40.398	42.711
1.02.04.01	Intangíveis	40.398	42.711
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	28.259	29.592
1.02.04.01.03	Software e Outros Intangíveis	12.139	13.119

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	7.568.061	6.354.508
2.01	Passivo Circulante	1.554.235	1.257.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.984	24.304
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.984	24.304
2.01.02	Fornecedores	1.168.285	1.047.239
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.168.285	1.047.239
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.301	47.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.653	47.066
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48.663	40.638
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	8.990	6.428
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.535	232
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	113	131
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.550	57.701
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	56.550	57.701
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.550	57.701
2.01.05	Outras Obrigações	243.040	76.508
2.01.05.02	Outros	243.040	76.508
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	183.693	41.585
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	328	0
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	17.736	11.921
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.160	0
2.01.05.02.07	Outras obrigações	40.123	23.002
2.01.06	Provisões	5.075	3.933
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.075	3.933
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	5.075	3.933
2.02	Passivo Não Circulante	4.547.177	3.573.920
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.996.803	2.985.659
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.996.803	2.985.659
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.996.803	2.985.659
2.02.02	Outras Obrigações	104.820	128.182
2.02.02.02	Outros	104.820	128.182
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	14.241	0
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	34.828	32.139
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	9.936	15.788
2.02.02.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	377	855
2.02.02.02.13	Outras Obrigações	45.438	79.400
2.02.03	Tributos Diferidos	350.943	367.588
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	350.943	367.588
2.02.04	Provisões	94.611	92.491
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94.611	92.491
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	94.611	92.491
2.03	Patrimônio Líquido	1.466.649	1.523.474
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	199.269	199.078
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.030	2.839

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	100.202	178.818
2.03.04.01	Reserva Legal	83.329	83.329
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	78.616
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	63.019	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	714.565	743.629
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.052	-14.697
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-16.494	-16.494
2.03.08.02	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-9.792	0
2.03.08.03	Hedge de Fluxo de Caixa	-766	1.797

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	418.801	850.408	405.597	808.267
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-292.309	-547.931	-245.727	-464.137
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-135.401	-232.066	-89.876	-152.225
3.02.02	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-32.310	-66.067	-33.913	-64.474
3.02.03	Taxa de Fiscalização	-2.043	-4.085	-1.699	-3.397
3.02.04	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-10.632	-24.836	-10.234	-21.253
3.02.06	Pessoal e Administradores	-30.425	-64.974	-32.584	-63.021
3.02.07	Entidade de Previdência Privada	-1.933	-3.886	-1.079	-2.156
3.02.08	Serviços de Terceiros	-27.985	-49.716	-25.179	-53.204
3.02.09	Material	-2.738	-5.317	-1.163	-4.002
3.02.10	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-842	-920	-263	-1.106
3.02.11	Depreciação e Amortização	-43.101	-86.004	-43.444	-87.025
3.02.12	Outras Despesas Operacionais	-4.899	-10.060	-6.293	-12.274
3.03	Resultado Bruto	126.492	302.477	159.870	344.130
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	20.638	17.195	19.532	-5.291
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	3.387	779	-2.408	-5.002
3.04.05.01	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	3.387	779	-2.408	-5.002
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.251	16.416	21.940	-289
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	147.130	319.672	179.402	338.839
3.06	Resultado Financeiro	-104.221	-178.780	-48.138	-111.827
3.06.01	Receitas Financeiras	20.065	35.956	28.828	53.132
3.06.02	Despesas Financeiras	-124.286	-214.736	-76.966	-164.959
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-125.152	-215.317	-88.948	-173.206
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	866	581	11.982	8.247
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.909	140.892	131.264	227.012
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.471	-43.440	-38.305	-79.295
3.08.01	Corrente	-12.616	-50.719	-37.218	-83.317
3.08.02	Diferido	5.145	7.279	-1.087	4.022

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.438	97.452	92.959	147.717
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.438	97.452	92.959	147.717
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508
3.99.01.02	PN	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162
3.99.02.02	PN	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	35.438	97.452	92.959	147.717
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.216	-12.355	-1.739	-2.323
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controlada	-9.792	-9.792	0	0
4.02.02	Ganhos (Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	6.933	-3.883	-2.634	-1.656
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.357	1.320	895	-667
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.222	85.097	91.220	145.394

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	427.221	477.485
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	342.509	318.383
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	97.452	147.717
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	87.888	87.781
6.01.01.03	Realização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-779	5.002
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	1.333	1.334
6.01.01.05	Variação Monetária e Cambial	44.278	10.223
6.01.01.06	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-2.388
6.01.01.07	Marcação a Mercado da Opção	0	-15.531
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	2.713	3.697
6.01.01.10	Custo de empréstimos e debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	158.998	118.418
6.01.01.11	Juros sobre Passivo de Arrendamento	999	0
6.01.01.12	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	3.402	1.686
6.01.01.13	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-32.225	-40.954
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-7.279	-4.022
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	191	193
6.01.01.16	Baixa de Bens do Ativo	1.954	4.938
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.416	289
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	260.700	297.896
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	136.480	47.952
6.01.02.02	Tributos e Contribuição Sociais Compensáveis	-212	-7.194
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	44	0
6.01.02.04	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-2.798	-1.017
6.01.02.05	Outros Créditos	-4.297	-15.337
6.01.02.06	Fornecedores	80.074	190.677
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	50.719	83.317
6.01.02.08	Outros Tributos a Pagar	3.847	2.851
6.01.02.09	Encargos Setoriais	-37	-2.305
6.01.02.10	Outras Obrigações	-3.120	-1.048
6.01.03	Outros	-175.988	-138.794
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-123.770	-103.628
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-75.117	-50.459
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-713	-656
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-774	-655
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	24.386	16.604
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.400.618	-1.032.465
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-28.409	-31.818
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-168.756	-151.629
6.02.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-854.409	-21.716
6.02.04	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-34.103	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.02.05	Prêmio Pago/Recebido - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	0	10.417
6.02.06	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-1.398.238	-1.989.927
6.02.07	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.058.622	1.154.706
6.02.08	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	24.675	-2.498
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	975.088	515.962
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	2.200.000	1.450.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-6	-10.670
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-1.182.380	-900.296
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-499	0
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debêntures (Custos de Transação)	-42.027	-23.287
6.03.06	Venda de Ações em Tesouraria	0	215
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.691	-39.018
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	103.591	44.294
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.282	5.276

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	191	-78.616	-63.497	0	-141.922
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	191	0	0	0	191
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-78.616	0	0	-78.616
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-63.497	0	-63.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.452	-12.355	85.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.452	0	97.452
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.355	-12.355
5.05.02.10	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-3.883	-3.883
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de caixa	0	0	0	0	1.320	1.320
5.05.02.12	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	-9.792	-9.792
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	29.064	-29.064	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	44.036	-44.036	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.972	14.972	0
5.07	Saldos Finais	416.646	199.269	100.202	63.019	687.513	1.466.649

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	408	-47.678	-68.799	0	-116.069
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	193	0	0	0	193
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-47.678	0	0	-47.678
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-68.799	0	-68.799
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria	0	215	0	0	0	215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.717	-2.323	145.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.717	0	147.717
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.323	-2.323
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-3.519	-3.519
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.196	1.196
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.706	-28.706	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	43.494	-43.494	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.788	14.788	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.846	91.792	107.624	772.107	1.587.015

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	954.330	908.625
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	953.088	906.095
7.01.02	Outras Receitas	1.242	142
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	2.388
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-396.244	-320.234
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-328.756	-246.817
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-57.618	-59.311
7.02.04	Outros	-9.870	-14.106
7.02.04.01	Doações	0	-27
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-9.870	-14.079
7.03	Valor Adicionado Bruto	558.086	588.391
7.04	Retenções	-88.442	-94.117
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-89.221	-89.115
7.04.02	Outras	779	-5.002
7.04.02.01	Realização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	779	-5.002
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	469.644	494.274
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	54.166	52.843
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.416	-289
7.06.02	Receitas Financeiras	37.750	53.132
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	523.810	547.117
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	523.810	547.117
7.08.01	Pessoal	59.358	55.951
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.589	50.263
7.08.01.02	Benefícios	3.886	2.156
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.883	3.532
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	151.506	176.849
7.08.02.01	Federais	142.912	169.849
7.08.02.02	Estaduais	8.372	6.979
7.08.02.03	Municipais	222	21
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	215.494	166.600
7.08.03.01	Juros	214.736	164.959
7.08.03.02	Aluguéis	758	1.641
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	97.452	147.717
7.08.04.02	Dividendos	63.497	68.799
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.955	78.918

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	7.914.945	7.602.605
1.01	Ativo Circulante	1.857.019	1.596.022
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	123.723	152.816
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.273.158	881.148
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.273.158	881.148
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.273.158	881.148
1.01.03	Contas a Receber	306.463	438.825
1.01.03.01	Clientes	306.463	438.825
1.01.06	Tributos a Recuperar	57.402	21.859
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	57.402	21.859
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	57.402	21.859
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.273	101.374
1.01.08.03	Outros	96.273	101.374
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.723
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	63.106	73.790
1.01.08.03.04	Conta de Ressarcimento	389	0
1.01.08.03.05	Outros Créditos	32.778	24.861
1.02	Ativo Não Circulante	6.057.926	6.006.583
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	274.635	302.339
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	118.757	124.852
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.227	1.276
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais de Ágios Incorporados	115.530	123.576
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	142.803	164.412
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	139.628	159.765
1.02.01.10.04	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	170	226
1.02.01.10.05	Conta de Ressarcimento	1.385	2.541
1.02.01.10.06	Outros Créditos	1.620	1.880
1.02.03	Imobilizado	5.572.214	5.487.291
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.192.001	5.044.706
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	5.189.902	5.042.607
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	39.049	752
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	4.940	0
1.02.03.02.02	Direito de Uso de Edificações Arrendadas	34.109	0
1.02.03.02.03	Imobilizado Arrendado	0	752
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	341.164	441.833
1.02.04	Intangível	211.077	216.953
1.02.04.01	Intangíveis	211.077	216.953
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	28.259	29.592
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	168.999	172.990
1.02.04.01.04	Software e Outros Intangíveis	13.819	14.371

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	7.914.945	7.602.605
2.01	Passivo Circulante	1.645.470	1.441.075
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.042	24.573
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.042	24.573
2.01.02	Fornecedores	1.217.168	1.111.808
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.217.168	1.111.808
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.210	52.424
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	62.403	51.562
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	51.981	43.508
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	10.422	8.054
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.583	419
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	224	443
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	78.112	120.927
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	78.112	120.927
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	78.112	120.927
2.01.05	Outras Obrigações	221.330	94.933
2.01.05.02	Outros	221.330	94.933
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	183.693	41.585
2.01.05.02.04	Conta de Ressarcimento	12.060	12.384
2.01.05.02.05	Passivo de Arrendamento	830	0
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	17.895	12.004
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.642	2.861
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	5.210	26.099
2.01.06	Provisões	42.608	36.410
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.608	36.410
2.01.06.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	42.608	36.410
2.02	Passivo Não Circulante	4.802.826	4.638.056
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.144.342	4.007.001
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.144.342	4.007.001
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.144.342	4.007.001
2.02.02	Outras Obrigações	212.887	170.902
2.02.02.02	Outros	212.887	170.902
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	38.592	0
2.02.02.02.04	Conta de Ressarcimento	57.520	34.748
2.02.02.02.05	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	34.828	32.139
2.02.02.02.06	Encargos Setoriais	9.936	15.788
2.02.02.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	377	855
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	71.634	87.372
2.02.03	Tributos Diferidos	350.986	367.662
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	350.986	367.662
2.02.04	Provisões	94.611	92.491
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94.611	92.491
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	94.611	92.491
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.466.649	1.523.474
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	199.269	199.078

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.030	2.839
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das imobilizações em curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	100.202	178.818
2.03.04.01	Reserva Legal	83.329	83.329
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	78.616
2.03.04.10	Reserva de investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	63.019	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	714.565	743.629
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.052	-14.697
2.03.08.01	Ajustes de avaliação atuarial	-16.494	-16.494
2.03.08.02	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-9.792	0
2.03.08.03	Hedge de Fluxo de Caixa	-766	1.797

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	495.689	996.699	461.897	892.008
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-349.423	-660.145	-256.589	-492.462
3.02.01	Energia Elétrica Comparada para Revenda	-130.840	-229.613	-61.727	-101.364
3.02.02	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-37.672	-75.815	-36.898	-72.221
3.02.03	Taxa de fiscalização	-2.521	-5.048	-1.944	-3.887
3.02.04	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-10.632	-24.836	-10.234	-21.253
3.02.05	Multa sobre Ressarcimento	-2.962	-4.163	0	0
3.02.06	Pessoal e Administradores	-30.823	-65.980	-33.612	-64.851
3.02.07	Entidade de Previdência Privada	-1.935	-3.866	-1.087	-2.172
3.02.08	Serviços de Terceiros	-42.761	-77.186	-32.338	-67.418
3.02.09	Material	-4.185	-8.193	-6.197	-14.160
3.02.10	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-924	-1.011	-263	-1.106
3.02.11	Depreciação e Amortização	-79.203	-153.247	-64.968	-129.632
3.02.12	Outras Despesas Operacionais	-4.965	-11.187	-7.321	-14.398
3.03	Resultado Bruto	146.266	336.554	205.308	399.546
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-984	-1.967	-784	-2.061
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-984	-1.967	-784	-2.061
3.04.05.01	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-984	-1.967	-784	-2.061
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	145.282	334.587	204.524	397.485
3.06	Resultado Financeiro	-99.459	-189.801	-69.183	-164.871
3.06.01	Receitas Financeiras	22.458	40.838	31.497	57.299
3.06.02	Despesas Financeiras	-121.917	-230.639	-100.680	-222.170
3.06.02.01	Despesas financeiras	-130.924	-241.972	-117.339	-235.094
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	9.007	11.333	16.659	12.924
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	45.823	144.786	135.341	232.614
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.385	-47.334	-42.382	-84.897
3.08.01	Corrente	-15.844	-56.432	-40.566	-88.464
3.08.02	Diferido	5.459	9.098	-1.816	3.567

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.438	97.452	92.959	147.717
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	35.438	97.452	92.959	147.717
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.438	97.452	92.959	147.717
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508
3.99.01.02	PN	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162
3.99.02.02	PN	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	35.438	97.452	92.959	147.717
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.216	-12.355	-1.739	-2.323
4.02.01	Ganhos (Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	-3.022	-13.838	-2.634	-1.656
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.194	1.483	895	-667
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	30.222	85.097	91.220	145.394
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	30.222	85.097	91.220	145.394

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	344.262	505.667
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	438.095	405.505
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	97.452	147.717
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	155.131	130.388
6.01.01.03	Realização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	1.967	2.061
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	1.333	1.334
6.01.01.05	Variação Monetária e Cambial	40.118	10.223
6.01.01.06	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-2.388
6.01.01.07	Marcação a Mercado de Derivativos (Opção)	0	-15.531
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	2.713	3.697
6.01.01.09	Marcação a Mercado do NDF	-7.779	-4.679
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	181.866	172.601
6.01.01.11	Juros Sobre Passivo de Arrendamento	2.827	0
6.01.01.12	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	3.402	1.686
6.01.01.13	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-33.983	-43.168
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-9.098	-3.567
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	191	193
6.01.01.16	Baixa de Bens do Ativo	1.955	4.938
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	109.621	290.974
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	132.362	59.412
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-1.572	-8.556
6.01.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-3.009	-1.013
6.01.02.04	Outros Créditos	-8.485	-22.938
6.01.02.05	Fornecedores	-88.402	183.458
6.01.02.06	Conta de Ressarcimento	23.215	-10.630
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56.432	90.315
6.01.02.08	Outros Tributos a Pagar	3.313	4.126
6.01.02.09	Encargos Setoriais	39	-2.305
6.01.02.10	Outras Obrigações	-4.272	-895
6.01.03	Outros	-203.454	-190.812
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargo de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-146.147	-150.512
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-80.698	-56.212
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-713	-656
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-774	-655
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	24.878	17.223
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-429.937	-1.103.406
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-43.240	-165.677
6.02.02	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-34.103	0
6.02.03	Prêmio Pago/Recebido - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	0	10.417
6.02.04	Liquidação de Instrumento Derivativo - NDF	-4.555	2.405
6.02.05	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-1.466.082	-2.194.980

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.02.06	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	1.081.999	1.265.817
6.02.07	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	36.044	-21.388
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	56.582	485.955
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	2.200.000	1.450.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-6	-10.670
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-2.098.338	-930.303
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-3.047	0
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debêntures (Custo de Transação)	-42.027	-23.287
6.03.06	Venda de Ações em Tesouraria	0	215
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29.093	-111.784
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	152.816	134.593
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	123.723	22.809

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	191	-78.616	-63.497	0	-141.922	0	-141.922
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	191	0	0	0	191	0	191
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-78.616	0	0	-78.616	0	-78.616
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-63.497	0	-63.497	0	-63.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.452	-12.355	85.097	0	85.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.452	0	97.452	0	97.452
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.355	-12.355	0	-12.355
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-3.883	-3.883	0	-3.883
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.320	1.320	0	1.320
5.05.02.08	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	-9.792	-9.792	0	-9.792
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	29.064	-29.064	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	44.036	-44.036	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.972	14.972	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	199.269	100.202	63.019	687.513	1.466.649	0	1.466.649

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690	0	1.557.690
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690	0	1.557.690
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	408	-47.678	-68.799	0	-116.069	0	-116.069
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	193	0	0	0	193	0	193
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-47.678	0	0	-47.678	0	-47.678
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-68.799	0	-68.799	0	-68.799
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria	0	215	0	0	0	215	0	215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.717	-2.323	145.394	0	145.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.717	0	147.717	0	147.717
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.323	-2.323	0	-2.323
5.05.02.06	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-3.519	-3.519	0	-3.519
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.196	1.196	0	1.196
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.706	-28.706	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	43.494	-43.494	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.788	14.788	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.846	91.792	107.624	772.107	1.587.015	0	1.587.015

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	1.105.946	997.677
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.101.319	994.669
7.01.02	Outras Receitas	4.627	620
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	2.388
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-439.637	-302.357
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-336.051	-203.702
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88.344	-83.844
7.02.04	Outros	-15.242	-14.811
7.02.04.01	Doações	0	13
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-15.242	-14.824
7.03	Valor Adicionado Bruto	666.309	695.320
7.04	Retenções	-158.431	-133.783
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-156.464	-131.722
7.04.02	Outras	-1.967	-2.061
7.04.02.01	Realização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-1.967	-2.061
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	507.878	561.537
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.777	57.299
7.06.02	Receitas Financeiras	42.777	57.299
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	550.655	618.836
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	550.655	618.836
7.08.01	Pessoal	60.238	57.536
7.08.01.01	Remuneração Direta	52.409	51.743
7.08.01.02	Benefícios	3.866	2.172
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.963	3.621
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	161.601	188.352
7.08.02.01	Federais	152.894	181.340
7.08.02.02	Estaduais	8.415	6.980
7.08.02.03	Municipais	292	32
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	231.364	225.231
7.08.03.01	Juros	230.639	222.168
7.08.03.02	Aluguéis	725	3.063
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	97.452	147.717
7.08.04.02	Dividendos	63.497	68.799
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.955	78.918

1. Perfil

A AES Tietê Energia, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na B3 e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Com um parque gerador hidrelétrico formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a Companhia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

Além da fonte hidráulica, a Companhia incluiu em seu portfólio fonte eólica e solar, conforme abaixo:

O Complexo Eólico Alto Sertão II possui capacidade instalada de 386,1 MW e energia contratada por 20 anos, por meio dos leilões de LER e LEN realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033 e 2035, respectivamente. Os parques possuem licença de operação de 35 anos. A garantia física dos Parques é de 184,7 MWm.

O Complexo Solar Guaimbê possui capacidade instalada de 150 MW e energia contratada por 20 anos, por meio do leilão de LER realizado em 2014, cujos contratos expiram em 2037. Os parques possuem licença de operação de 35 anos. A garantia física dos Parques é de 29,5 MWm.

A Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”) foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh (preço de venda na data do leilão), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm. Em março de 2019, iniciaram-se as operações em teste.

1.1. Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	1S19	1S18	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	1.105.946	995.289	110.657	11,1%
Deduções da receita operacional bruta	(109.247)	(103.281)	(5.966)	5,8%
Receita operacional líquida	996.699	892.008	104.691	11,7%
Custos e despesas operacionais	(660.145)	(492.462)	(167.683)	34,0%
Lucro bruto	336.554	399.546	(62.992)	-15,8%
Amortização do intangível e mais valia em aquisições	(1.967)	(2.061)	94	-4,6%
Resultado financeiro	(189.801)	(164.871)	(24.930)	15,1%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	144.786	232.614	(87.828)	-37,8%
Imposto de renda e contribuição social	(47.334)	(84.897)	37.563	-44,2%
Lucro líquido do período	97.452	147.717	(50.265)	-34,0%

Em milhares de reais - Consolidado

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$97.452 ante um lucro líquido de R\$147.717 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 34,0% do resultado da Companhia.

1.2. Receita operacional líquida

	1S19		1S18		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	5.329	895.271	4.675	783.339	14,0%	14,3%
Mercado de curto prazo						
MRE	680	6.223	167	347	307,2%	1.693,4%
SPOT	171	43.979	428	98.388	-60,0%	-55,3%
Outros	-	10.542	-	11.789	-	-10,6%
Leilão - Outras empresas	(1)	-	117	18.138	-100,9%	-100,0%
Contratos de energia eólicos	767	110.843	466	81.539	64,6%	35,9%
Contratos de energia solares	119	35.807	-	-	N/A	N/A
Partes relacionadas (nota 29.1)	-	1.135	-	1.129	-	0,5%
Outras receitas	-	2.146	-	620	-	246,1%
Receita Operacional Bruta	7.065	1.105.946	5.853	995.289	20,7%	11,1%
Deduções da receita operacional bruta		(109.247)		(103.281)		5,8%
Receita Operacional Líquida		996.699		892.008		11,7%

Em milhares de reais - Consolidado

O aumento de 11,7% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente dos contratos bilaterais, no montante de R\$111.932, principalmente em função do maior volume (5.329 GWh no 1S19 ante 4.675 GWh no 1S18) e pelo maior preço no período;
- aumento da receita proveniente dos contratos de energia eólicos no montante de R\$29.304, pois parte da energia vendida em 2018 era vendida dentro do grupo e conseqüentemente eliminada na consolidação;



- receita proveniente dos contratos de energia solares no montante de R\$35.807, proveniente do Complexo Solar Guaimbê (LER), adquirido em setembro de 2018;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução de receita proveniente da venda no mercado de curto prazo no montante de R\$54.409, principalmente em função do menor volume.

1.3. Custos e despesas operacionais

Em milhares de reais	1S19	1S18	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(339.475)	(198.725)	(140.750)	70,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(229.613)	(101.364)	(128.249)	126,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(75.815)	(72.221)	(3.594)	5,0%
Taxa de fiscalização	(5.048)	(3.887)	(1.161)	29,9%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(24.836)	(21.253)	(3.583)	16,9%
Multa sobre ressarcimento	(4.163)	-	(4.163)	0,0%
Custo de operação	(320.670)	(293.737)	(26.933)	9,2%
Pessoal e administradores	(65.980)	(64.851)	(1.129)	1,7%
Material e serviços de terceiros	(85.379)	(81.578)	(3.801)	4,7%
Entidade de previdência privada	(3.866)	(2.172)	(1.694)	78,0%
Depreciação e amortização	(153.247)	(129.632)	(23.615)	18,2%
Outros	(12.198)	(15.504)	3.306	-21,3%
Total dos custos e despesas operacionais	(660.145)	(492.462)	(167.683)	34,0%

Em milhares de reais - Consolidado

Os custos e despesas operacionais no período findo em 30 de junho de 2019 apresentaram um aumento de R\$167.683 ou 34,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- aumento de 126,5% ou R\$128.249 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pela estratégia de compra antecipada de energia para mitigação de risco hidrológico;
- despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$3.594 ou 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia;
- aumento da depreciação e amortização no montante de R\$23.615, principalmente devido aos ativos do Complexo Solar Guaimbê adquiridos em setembro de 2018 e da conclusão da construção do Complexo Solar Ouroeste Fase1 Boa Hora em março de 2019.

1.4. Resultado financeiro

No 1S19 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$189.801 ou 15,1 % superior à despesa apresentada no 1S18, no montante de R\$164.871. Contribuiu para esse desempenho:

- redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$39.475 no 1S19 ante R\$55.091 no 1S18), devido principalmente ao menor saldo médio das



aplicações financeiras e pela menor taxa de juros CDI entre os períodos comparados (de 6,40 %, no 1S19 ante 6,56% no 1S18);

- pagamento de prêmio de resgate antecipado no montante de R\$6.122 em função do pré-pagamento da 1ª série da 6ª Emissão de Debêntures, o que não ocorreu no 1S18;
- maiores encargos de dívida no montante de R\$7.227, principalmente em função do pré-pagamento da 1ª série da 6ª debêntures e 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com a consequente baixa dos respectivos saldos dos custos diferidos;
- maior atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos em R\$13.476, em função do maior IPCA acumulado no período (3,37% no 1S19 ante 2,60% no 1S18), compensado parcialmente pela menor taxa média do CDI.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- efeito positivo de R\$12.153 devido ao aumento de juros capitalizados (R\$15.109 no 1S19 ante R\$2.956 no 1S18) em função do aumento do ativo qualificável para capitalização oriundo da construção do Complexo Solar Ouroeste;
- efeito positivo de R\$4.912 referente à atualização monetária da liminar obtida na discussão do GSF, devido ao menor IGP-M acumulado no período (4,39% no 1S19 ante 5,39% no 1S18);
- redução de cartas fiança e seguros garantia em R\$6.940, em função da conclusão física dos parques do Complexo Solar Alto Sertão II e consequente liberação das garantias exigidas nos contratos de financiamentos;
- efeito positivo de R\$2.974 de variação cambial sobre os fornecedores da construção do Complexo Solar Ouroeste, devido à valorização do real ante ao dólar americano no período de dezembro de 2018 a junho de 2019.

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	105.282	103.591	123.723	152.816
Investimentos de curto prazo	4	1.194.822	848.268	1.273.158	881.148
Contas a receber de clientes	5	241.562	378.042	306.463	438.825
Conta de ressarcimento	19	-	-	389	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	47.417	13.822	57.402	21.859
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	2.723	-	2.723
Cauções e depósitos vinculados	9	38.259	35.410	63.106	73.790
Outros créditos		15.886	11.334	32.778	24.861
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.643.228	1.393.190	1.857.019	1.596.022
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Contas a receber de clientes	5	13.075	13.075	13.075	13.075
Conta de ressarcimento	19	-	-	1.385	2.541
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	169	225	170	226
Contas a receber de partes relacionadas	29	8.961	-	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	-	-	3.227	1.276
Créditos fiscais de ágios incorporados	8	115.530	123.576	115.530	123.576
Cauções e depósitos vinculados	9	44.528	69.641	139.628	159.765
Outros créditos		1.549	1.804	1.620	1.880
Investimento	10	2.842.541	1.797.605	-	-
Imobilizado, líquido	11	2.858.082	2.912.681	5.572.214	5.487.291
Intangível	12	40.398	42.711	211.077	216.953
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.924.833	4.961.318	6.057.926	6.006.583
TOTAL DO ATIVO		7.568.061	6.354.508	7.914.945	7.602.605

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13	1.168.285	1.047.239	1.217.168	1.111.808
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	56.550	57.701	78.112	120.927
Passivo de arrendamento	16	328	-	830	-
Conta de ressarcimento	19	-	-	12.060	12.384
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	48.663	40.638	51.981	43.508
Outros tributos a pagar		10.638	6.791	12.229	8.916
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		183.693	41.585	183.693	41.585
Obrigações sociais e trabalhistas	17	21.984	24.304	22.042	24.573
Provisões para processos judiciais e outros	20	5.075	3.933	42.608	36.410
Instrumentos financeiros derivativos	30	1.160	-	1.642	2.861
Encargos setoriais	21	17.736	11.921	17.895	12.004
Outras obrigações	22	40.123	23.002	5.210	26.099
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.554.235	1.257.114	1.645.470	1.441.075
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	3.996.803	2.985.659	4.144.342	4.007.001
Passivo de arrendamento	16	14.241	-	38.592	-
Conta de ressarcimento	19	-	-	57.520	34.748
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	350.943	367.588	350.986	367.662
Obrigações com entidade de previdência privada	18	34.828	32.139	34.828	32.139
Obrigações sociais e trabalhistas	17	377	855	377	855
Provisões para processos judiciais e outros	20	94.611	92.491	94.611	92.491
Encargos setoriais	21	9.936	15.788	9.936	15.788
Outras obrigações	22	45.438	79.400	71.634	87.372
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.547.177	3.573.920	4.802.826	4.638.056
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		416.646	416.646	416.646	416.646
Reserva de capital	23.1	199.269	199.078	199.269	199.078
Reservas de lucros	23.1	100.202	178.818	100.202	178.818
- Legal	23.1	83.329	83.329	83.329	83.329
- Reserva de investimentos	23.1	16.873	16.873	16.873	16.873
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	23.1	-	78.616	-	78.616
Ajustes de avaliação patrimonial	23.1	714.565	743.629	714.565	743.629
Outros resultados abrangentes	23.1	(27.052)	(14.697)	(27.052)	(14.697)
Lucros acumulados		63.019	-	63.019	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.466.649	1.523.474	1.466.649	1.523.474
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.568.061	6.354.508	7.914.945	7.602.605

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado				
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	418.801	850.408	405.597	808.267	495.689	996.699	461.897	892.008
CUSTOS OPERACIONAIS									
Custo com Energia Elétrica									
Energia elétrica comprada para revenda	26	(135.401)	(232.066)	(89.876)	(152.225)	(130.840)	(229.613)	(61.727)	(101.364)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	26	(32.310)	(66.067)	(33.913)	(64.474)	(37.672)	(75.815)	(36.898)	(72.221)
Taxa de fiscalização		(2.043)	(4.085)	(1.699)	(3.397)	(2.521)	(5.048)	(1.944)	(3.887)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(10.632)	(24.836)	(10.234)	(21.253)	(10.632)	(24.836)	(10.234)	(21.253)
Multa sobre ressarcimento		-	-	-	-	(2.962)	(4.163)	-	-
Custo de Operação									
Pessoal e administradores		(30.425)	(64.974)	(32.584)	(63.021)	(30.823)	(65.980)	(33.612)	(64.851)
Entidade de previdência privada	18	(1.933)	(3.886)	(1.079)	(2.156)	(1.935)	(3.866)	(1.087)	(2.172)
Serviços de terceiros		(27.985)	(49.716)	(25.179)	(53.204)	(42.761)	(77.186)	(32.338)	(67.418)
Material		(2.738)	(5.317)	(1.163)	(4.002)	(4.185)	(8.193)	(6.197)	(14.160)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	20	(842)	(920)	(263)	(1.106)	(924)	(1.011)	(263)	(1.106)
Depreciação e amortização		(43.101)	(86.004)	(43.444)	(87.025)	(79.203)	(153.247)	(64.968)	(129.632)
Outras despesas operacionais	27	(4.899)	(10.060)	(6.293)	(12.274)	(4.965)	(11.187)	(7.321)	(14.398)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(292.309)	(547.931)	(245.727)	(464.137)	(349.423)	(660.145)	(256.589)	(492.462)
LUCRO BRUTO		126.492	302.477	159.870	344.130	146.266	336.554	205.308	399.546
Resultado de equivalência patrimonial	10	17.251	16.416	21.940	(289)	-	-	-	-
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	10	3.387	779	(2.408)	(5.002)	(984)	(1.967)	(784)	(2.061)
Receitas financeiras	28	20.065	35.956	28.828	53.132	22.458	40.838	31.497	57.299
Despesas financeiras	28	(125.152)	(215.317)	(88.948)	(173.206)	(130.924)	(241.972)	(117.339)	(235.094)
Variações cambiais, líquidas	28	866	581	11.982	8.247	9.007	11.333	16.659	12.924
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(104.221)	(178.780)	(48.138)	(111.827)	(99.459)	(189.801)	(69.183)	(164.871)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		42.909	140.892	131.264	227.012	45.823	144.786	135.341	232.614
Contribuição social	7	(3.418)	(13.654)	(9.934)	(22.642)	(4.562)	(15.687)	(10.809)	(24.250)
Imposto de renda	7	(9.198)	(37.065)	(27.284)	(60.675)	(11.282)	(40.745)	(29.757)	(64.214)
Contribuição social diferida	7	1.382	1.967	(192)	1.614	1.468	2.517	(389)	1.566
Imposto de renda diferido	7	3.763	5.312	(895)	2.408	3.991	6.581	(1.427)	2.001
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(7.471)	(43.440)	(38.305)	(79.295)	(10.385)	(47.334)	(42.382)	(84.897)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		35.438	97.452	92.959	147.717	35.438	97.452	92.959	147.717
Lucro por ação (em reais)									
Básico	24.1	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508
Diluído	24.1	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	35.438	97.452	92.959	147.717	35.438	97.452	92.959	147.717
Outros resultados abrangentes:								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	(9.792)	(9.792)	-	-	-	-	-	-
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no período	6.933	(3.883)	5.605	(1.656)	(3.022)	(13.838)	5.605	(1.656)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.357)	1.320	(792)	(667)	(2.194)	1.483	(792)	(667)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	30.222	85.097	97.772	145.394	30.222	85.097	97.772	145.394

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Reservas de capital					Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva especial de ação	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de investimentos					Proposta de distribuição de dividendos adicionais
Saldos em 31 de dezembro de 2017	416.646	186.570	9.405	2.414	117	(68)	83.329	8.463	47.678	801.742	1.394	-	1.557.690
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147.717	147.717
Resultado abrangente total:													
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.519)	-	(3.519)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.196	-	1.196
Transações com os acionistas:													
Remuneração com base em ações	-	-	-	193	-	-	-	-	-	-	-	-	193
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	147	68	-	-	-	-	-	-	215
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.678)	-	-	-	(47.678)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.799)	(68.799)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido:													
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.494)	-	43.494	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.788	-	(14.788)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	416.646	186.570	9.405	2.607	264	-	83.329	8.463	-	773.036	(929)	-	1.587.015
Saldos em 31 de dezembro de 2018	416.646	186.570	9.405	2.839	264	-	83.329	16.873	78.616	743.629	(14.697)	-	1.523.474
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.452	97.452
Resultado abrangente total:													
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.883)	-	(3.883)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320	-	1.320
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.792)	-	(9.792)
Transações com os acionistas:													
Remuneração com base em ações	-	-	-	191	-	-	-	-	-	-	-	-	191
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.616)	-	-	-	(78.616)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.497)	(63.497)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido:													
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.036)	-	44.036	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.972	-	(14.972)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	416.646	186.570	9.405	3.030	264	-	83.329	16.873	-	714.565	(27.052)	-	1.466.649

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	97.452	147.717	97.452	147.717
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	87.888	87.781	155.131	130.388
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(779)	5.002	1.967	2.061
Amortização do uso do bem público (UBP)	1.333	1.334	1.333	1.334
Variação monetária e cambial	44.278	10.223	40.118	10.223
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(2.388)	-	(2.388)
Provisão para processos judiciais e outros	2.713	3.697	2.713	3.697
Marcação a mercado da opção	-	(15.531)	-	(15.531)
Marcação a mercado do NDF	-	-	(7.779)	(4.679)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	158.998	118.418	181.866	172.601
Juros sobre passivo de arrendamento	999	-	2.827	-
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	3.402	1.686	3.402	1.686
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(32.225)	(40.954)	(33.983)	(43.168)
Baixa de bens do ativo	1.954	4.938	1.955	4.938
Resultado de equivalência patrimonial	(16.416)	289	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(7.279)	(4.022)	(9.098)	(3.567)
Ações e opções de ações outorgadas	191	193	191	193
Redução (aumento) dos ativos:				
Contas a receber de clientes	136.480	47.952	132.362	59.412
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(212)	(7.194)	(1.572)	(8.556)
Contas a receber de partes relacionadas	44	-	-	-
Outros créditos	(4.297)	(15.337)	(8.485)	(22.938)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	80.074	190.677	(88.402)	183.458
Conta de ressarcimento	-	-	23.215	(10.630)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	50.719	83.317	56.432	90.315
Outros tributos a pagar	3.847	2.851	3.313	4.126
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.798)	(1.017)	(3.009)	(1.013)
Encargos setoriais	(37)	(2.305)	39	(2.305)
Outras obrigações	(3.120)	(1.048)	(4.272)	(895)
	603.209	616.279	547.716	696.479
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(123.770)	(103.628)	(146.147)	(150.512)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(75.117)	(50.459)	(80.698)	(56.212)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(713)	(656)	(713)	(656)
Pagamento de processos judiciais e outros	(774)	(655)	(774)	(655)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	24.386	16.604	24.878	17.223
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	427.221	477.485	344.262	505.667
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(28.409)	(31.818)	(43.240)	(165.677)
Aumento de capital em controladas	(168.756)	(151.629)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(854.409)	(21.716)	-	-
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	(34.103)	-	(34.103)	-
Prêmio pago/recebido - opções de compra de moeda estrangeira	-	10.417	-	10.417
Liquidação de instrumento derivativo - NDF	-	-	(4.555)	2.405
Aplicações em investimentos de curto prazo	(1.398.238)	(1.989.927)	(1.466.082)	(2.194.980)
Resgates de investimentos de curto prazo	1.058.622	1.154.706	1.081.999	1.265.817
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	24.675	(2.498)	36.044	(21.388)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.400.618)	(1.032.465)	(429.937)	(1.103.406)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	2.200.000	1.450.000	2.200.000	1.450.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(6)	(10.670)	(6)	(10.670)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.182.380)	(900.296)	(2.098.338)	(930.303)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	(499)	-	(3.047)	-
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(42.027)	(23.287)	(42.027)	(23.287)
Venda de ações em tesouraria	-	215	-	215
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	975.088	515.962	56.582	485.955
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	103.591	44.294	152.816	134.593
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	105.282	5.276	123.723	22.809

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018
1. RECEITAS	954.330	908.625	1.105.946	997.677
Receita bruta de venda de energia	953.088	906.095	1.101.319	994.669
Outras receitas operacionais	1.242	142	4.627	620
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	2.388	-	2.388
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(396.244)	(320.234)	(439.637)	(302.357)
Materiais	(5.490)	(4.205)	(8.366)	(14.363)
Serviços de terceiros	(52.128)	(55.106)	(79.978)	(69.481)
Custo da energia comprada e transmissão	(328.756)	(246.817)	(336.051)	(203.702)
Doações	-	(27)	-	13
Outros custos operacionais	(9.870)	(14.079)	(15.242)	(14.824)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	558.086	588.391	666.309	695.320
4. RETENÇÕES	(88.442)	(94.117)	(158.431)	(133.783)
Depreciação e amortização	(89.221)	(89.115)	(156.464)	(131.722)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	779	(5.002)	(1.967)	(2.061)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	469.644	494.274	507.878	561.537
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	54.166	52.843	42.777	57.299
Resultado da equivalência patrimonial	16.416	(289)	-	-
Receitas financeiras	37.750	53.132	42.777	57.299
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	523.810	547.117	550.655	618.836
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	523.810	547.117	550.655	618.836
Pessoal	59.358	55.951	60.238	57.536
Remuneração e encargos	45.003	41.404	45.781	42.638
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	6.586	8.859	6.628	9.105
Previdência privada	3.886	2.156	3.866	2.172
FGTS	3.883	3.532	3.963	3.621
Tributos (Governos)	151.506	176.849	161.601	188.352
Federais	103.169	135.211	112.188	146.212
Imposto de Renda e Contribuição Social	43.440	79.295	47.334	84.897
COFINS	41.337	38.362	45.468	42.585
PIS	8.890	8.328	9.778	9.243
INSS	7.244	6.897	7.314	7.087
Encargos sociais - Outros	2.258	2.329	2.294	2.400
Estaduais	8.372	6.979	8.415	6.980
ICMS	8.238	6.979	8.241	6.979
Outros	134	-	174	1
Municipais	222	21	292	32
IPTU	222	20	223	20
ISS	-	1	69	12
Encargos setoriais	39.743	34.638	40.706	35.128
Pesquisa e desenvolvimento	8.170	7.807	8.170	7.807
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.085	3.397	5.048	3.887
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	27.488	23.434	27.488	23.434
Remuneração de capital de terceiros	215.494	166.600	231.364	225.231
Juros	214.736	164.959	230.639	222.168
Aluguéis	758	1.641	725	3.063
Remuneração de capitais próprios	97.452	147.717	97.452	147.717
Lucros retidos	33.955	78.918	33.955	78.918
Dividendos	63.497	68.799	63.497	68.799

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

O início das operações da Companhia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente Tietê) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Alto Sertão II e Complexo Solar Guaimbê, em operação comercial e Complexo Solar Ouroeste, que inclui a Planta Solar Boa Hora, que iniciou sua operação em teste em março de 2019 e Planta Solar Água Vermelha, em construção, conforme detalhado a seguir nessa nota.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Os parques geradores em operação possuem uma capacidade instalada total de 3.263,7 MW e garantia física de 1.477 MWm, compostos pelos seguintes parques geradores:

1.1 Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Água Vermelha	1978	6	1.396,2	731,0
Nova Avanhandava	1982	3	347,4	132,1
Promissão	1975	3	264,0	98,8
Bariri	1969	3	143,1	62,7
Barra Bonita	1963	4	140,8	47,8
Ibitinga	1969	3	131,5	70,3
Euclides da Cunha	1960	4	108,9	49,2
Caconde	1966	2	80,5	33,2
Limoeiro	1958	2	32,0	14,8
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7,2	4,0
São José	2012	2	4,0	2,0
São Joaquim	2011	1	3,0	1,0
Total		35	2.658,6	1.246,9

Comercialização de energia hidroelétrica

A Companhia utiliza-se de estratégia de comercialização de energia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico.

Para o curto prazo, no ano de 2018 e primeiro semestre de 2019, a estratégia da Companhia foi de gerir o portfólio de suas unidades produtoras de energia hídrica, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais tanto para gerar valor a

Notas Explicativas



Companhia como para mitigar riscos de exposições ao mercado de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão do risco hidrológico e melhores preços de contratos no ambiente livre.

Em 30 de junho de 2019, o percentual da energia assegurada vendida para o portfólio consolidado é de 80%, 80%, 68%, 76% e 68%, para 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 respectivamente, com preços médios de R\$ 171/MWh e R\$ 172/MWh para 2019 e 2020.

1.2 Geração eólica

Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Eólico									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	11,4
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Total							230	386,1	184,7

- (i) Conforme estabelecido na Portaria MME nº 416, de 01 setembro de 2015, houve revisão da Garantia Física dos parques do LEN em janeiro de 2019, fundamentada na geração de energia histórica acumulada. Portanto, a garantia física do Complexo Eólico de Alto Sertão II passou a ser de 184,7 MWm (192,7 MWm em 31 de dezembro de 2018).

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em dezembro de 2035.

Notas Explicativas



Em 30 de junho de 2019, a comercialização de energia produzida pelo Complexo Eólico Alto Sertão II no mercado regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (ii)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.261	203,65	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.325	203,65	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	128.772	203,65	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.247	203,65	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.427	203,65	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	203,65	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			667.508					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	158,65	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	157,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	157,65	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	157,61	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	159,49	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	158,30	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	158,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	156,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	155,77	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			907.536					
Total			1.575.044					

(i) Em março de 2019, a CCEE efetuou correção nos valores anteriormente revisados em setembro de 2017. Dessa forma, a energia anual contratada total do LER passou de 663.185 MWh para 667.508 MWh.

(ii) Preço médio atualizado pelo IPCA.

1.3 Geração solar

Complexo Solar Guaimbê

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradas	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar									
Guaimbê I	6º LER	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Total							110	150,0	29,5

Complexo Solar Ouroeste - Fase 1 - Planta Solar Boa Hora

Em março de 2019, iniciaram-se as operações da planta solar de Boa Hora, pertencente ao Complexo Solar Ouroeste.

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar								
Boa Hora 1	LER 09/2015	239/2016	09/06/16	08/06/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 2	LER 09/2015	173/2016	10/05/16	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	09/05/16	08/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Total							69	15,9

A Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”) foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh (preço de venda na data do leilão), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm. Na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

Notas Explicativas



A operação comercial deste Complexo, que estava prevista para ser iniciada em novembro de 2018, não se realizou devido à regularização de pendências junto à ANEEL e, atualmente, está prevista para ser iniciada a partir do terceiro trimestre de 2019.

Em novembro de 2018, conforme despacho Nº 2.592, a ANEEL deslocou para 27 de novembro de 2018 a data para início de suprimento dos contratos no ambiente regulado referente às usinas do Complexo Solar Boa Hora, adiando proporcionalmente o termo final contratual. Tal alteração é decorrente do reconhecimento de um período de 26 dias de atraso como excludente de responsabilidade, afastando eventuais penalidades contratuais decorrentes deste atraso até 27 de novembro de 2018. A partir desta data, as controladas do Complexo Boa Hora provisionaram penalidades contratuais, no montante de R\$4.163, conforme rubrica Multa sobre ressarcimento das demonstrações dos resultados.

1.4 Projetos em andamento

Complexo Solar Ouroeste

Em 2017, por meio da aquisição da Planta Solar Boa Hora e comercialização da Planta AGV Solar em leilão, a Companhia adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. Com entrada em operação faseada, a primeira fase (Boa Hora) já está operando e tem início de operação comercial prevista para o 3º trimestre de 2019, conforme mencionado acima. A segunda fase (AGV Solar) está prevista para iniciar as operações comerciais ao final do 3º trimestre de 2019. As informações detalhadas da planta AGV Solar são como seguem:

Fase 2 - Planta AGV Solar

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar								
AGV IV	Leilão 04/2017 (LEN)	244/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	15	4,0
AGV V	Leilão 04/2017 (LEN)	243/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
AGV VI	Leilão 04/2017 (LEN)	242/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
						Total	75	19,8

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão de Energia Nova o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por uma planta de energia solar fotovoltaica com capacidade instalada de 75 MW, com entrada em operação estimada para meados de 2019 “Planta AGV Solar” ou “AGV Solar”). Os referidos contratos deste Leilão possuem vigência de 20 anos, Licença de Instalação ambiental emitida pela CETESB e está localizado no município de Ouroeste no estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha. Em junho de 2018, a Planta AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWm de garantia física de energia.

A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial da AGV Solar, que está programada para o terceiro trimestre de 2019 e, utilizando sua plataforma de comercialização, a energia produzida será alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021.

1.5 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

Notas Explicativas



De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da administração inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender o processo judicial por até 6 anos, com a finalidade da Companhia cumprir o saldo remanescente de 81 MW, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398 MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de novos projetos de Geração Distribuída ou Geração Centralizada.

Projetos vinculados à obrigação de expansão

Desde o início da concessão em 1999, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 17 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011, 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

Além disso, em 2017 e 2018 houve aquisição de dois complexos solares, compostos por: Complexo Solar Guaimbê, com 150 MW, em operação comercial e Complexo Solar Boa Hora, com 75 MW, em operação de teste. Adicionalmente, a Companhia por meio do Complexo Água Vermelha foi vencedora do Leilão de Energia Nova, com 75 MW, ainda em construção.

O saldo remanescente de 81 MW será cumprido pela Companhia em até 6 anos, contados a partir de 01 de outubro de 2018, por meio de: (i) leilões regulados de energia elétrica em geração centralizada; (ii) aquisição de projetos de geração de energia; ou (iii) implementação de empreendimentos de geração distribuída. Uma vez cumprido o total da expansão, a Companhia estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso.

2 PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO

Emissão e resgate de debêntures

Em Reunião do Conselho de Administração Realizada em 12 de abril, foi aprovada a emissão da 9ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$2.200.000. As debêntures da 1ª série correspondem a R\$1.380.000, com vencimento em 15 de março de 2027 e as debêntures da 2ª e 3ª série correspondem respectivamente a R\$641.090 e R\$178.910, com vencimento em 15 de março de 2029, totalizando R\$2.200.000. A remuneração da 1ª série corresponde à variação acumulada de 100,00% da taxa média de juros do DI, acrescida de uma taxa contratual de 1% a.a. As 2ª e 3ª séries são atualizadas monetariamente pelo IPCA e sua remuneração calculada através de uma taxa contratual de 4,71% a.a. As características desta emissão estão detalhadas na nota explicativa nº 15.3.

Adicionalmente, a companhia efetuou (i) Resgate antecipado facultativo da 1ª série da 6ª emissão de debêntures conforme comunicado ao mercado de 10 de abril de 2019, em 18 de abril de 2019 a Companhia efetuou resgate antecipado facultativo total das debêntures da 1ª

Notas Explicativas



série da 6ª debênture. Os pagamentos foram como segue: (a) pagamento de juros no valor de R\$577; (b) pagamento da parcela principal no valor de R\$682.380; e (c) o pagamento do prêmio no valor de R\$6.122, realizados no dia 18 de abril de 2019; e (ii) Resgate antecipado obrigatório da 1ª série da 7ª emissão de debêntures conforme comunicado ao mercado de 12 de abril de 2019, em função da 9ª emissão de debêntures, em 23 de abril de 2019 a Companhia efetuou resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série da 7ª emissão. Os pagamentos foram como segue: (a) pagamento de juros no valor de R\$40.280 e (b) pagamento da parcela principal no valor de R\$500.000, realizados no dia 23 de abril de 2019.

Resgate antecipado do financiamento com o BNDES e o repasse do Banco do Brasil na subsidiária AES Tietê Eólica

Em 24 de abril de 2019, a Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para a controlada Nova Energia, no montante de R\$854.409. Adicionalmente, essa controlada realizou nesta mesma data os seguintes resgates antecipados: (i) do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$651.505; e (ii) do financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$246.561.

Acordo de aquisição do Complexo Alto Sertão III

Em 09 de abril de 2019, a Companhia celebrou contrato para aquisição do conjunto de parques eólicos que constituem o Complexo Eólico Alto Sertão III, bem como determinados projetos eólicos em desenvolvimento ("Pipeline") de titularidade da Renova Energia S.A. ("Renova"). A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento pelas partes de condições suspensivas.

3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 26 de julho de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações com entidade de previdência privada e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

Notas Explicativas



A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018:

Número	Nota explicativa	Justificativa
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(b)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
22	Patrimônio Líquido	(b)
22.1	Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes	(b)
23	Destinação do resultado	(a)
30.1.2	Hierarquia do valor justo	(a)
30.3 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
30.3 (b.1)	Risco de crédito	(b)
30.3 (b.2)	Risco de gerenciamento de capital	(b)
30.3 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
30.3 (c.3)	Risco de reconstrução (volume, preço e diferença de submercado)	(a)
30.3 (c.4)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
30.3 (c.5)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
30.3 (c.6)	Risco socioambiental	(a)
30.3 (c.7)	Risco de obrigação de expansão	(a)
30.3 (c.8)	Risco da escassez de vento	(a)
33	Compromissos	(a)
34	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações trimestrais.

3.2 Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2019 são:

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17. A Companhia e suas controladas aplicaram o reconhecimento dos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, exceto para os contratos cujo prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Para implementação deste pronunciamento, ao longo do ano de 2018, a Companhia criou projeto interno e demandou esforços para implementação de sistema de TI e novos controles internos.

Notas Explicativas



Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados entre aluguel de terrenos (284 contratos) e aluguel de sedes administrativas (2 contratos). Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconheceu um custo de depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia empregou os seguintes critérios: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e (ii) contratos de arrendamento de valor acima de R\$387.

Para determinação do valor justo de arrendamento, na data de transição, aplicou-se uma taxa de desconto de 14,85% a.a. ao fluxo futuro de pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento, da autorização ou da concessão, o que for menor.

A Companhia e suas controladas reconheceram na mensuração inicial o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, individual e consolidado, nos montantes de R\$14.069 e R\$39.642, respectivamente. Adicionalmente, a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afetou a capacidade da Companhia de cumprir os *covenants* financeiros dos contratos das debêntures, descritos na nota explicativa nº 15.7.

3.3 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2019, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e de suas controladas são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.net” utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a sua apresentação.

Notas Explicativas



3.4 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

3.5 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas



As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			30.06.2019	31.12.2018
Controladas diretas:				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. (Guaimbê Holding)	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Controladas indiretas:				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporá, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar S.A. (Guaimbê I)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar S.A. (Guaimbê II)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar S.A. (Guaimbê III)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar S.A. (Guaimbê IV)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar S.A. (Guaimbê V)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	5.721	670	24.162	16.239
CDB-DI	99.561	-	99.561	-
Operação compromissada	-	102.921	-	136.577
Subtotal	105.282	103.591	123.723	152.816
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	990.912	698.277	1.064.711	731.157
Operação compromissada	-	-	4.537	-
Fundo de investimentos				
Letra financeira	70.914	56.709	70.914	56.709
NTN over	76.472	39.485	76.472	39.485
CDB	11.548	22.154	11.548	22.154
Debêntures	36.542	-	36.542	-
Letra financeira subordinada	642	19.075	642	19.075
Letra financeira do tesouro	7.792	7.560	7.792	7.560
Nota comercial	-	5.008	-	5.008
Subtotal	1.194.822	848.268	1.273.158	881.148
Total	1.300.104	951.859	1.396.881	1.033.964

O saldo de aplicações financeiras em 30 de junho de 2019 está representado por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média

Notas Explicativas



consolidada no período findo em 30 de junho de 2019 de 98,27% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,20% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				
Consumidores livres	144.825	137.939	144.825	139.482
Mercado de curto prazo (i)	95.601	240.103	126.198	275.293
Leilão de energia de reserva (LER)	-	-	16.396	16.346
Leilão de energia nova (LEN)	-	-	18.922	7.433
Partes relacionadas (nota 29)	1.132	-	-	-
Serviços prestados	4	-	122	271
Subtotal	241.562	378.042	306.463	438.825
NÃO CIRCULANTE				
Energia livre (ii)	13.075	13.075	13.075	13.075
Subtotal	13.075	13.075	13.075	13.075
Total	254.637	391.117	319.538	451.900

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.
- (ii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à Energia Livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

Notas Explicativas

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Controladora			Total
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		
		até 90 dias	mais de 90 dias	
CIRCULANTE				
Consumidores livres	144.825	-	-	144.825
Mercado de curto prazo	16.642	12.593	66.366	95.601
Partes relacionadas	1.132	-	-	1.132
Serviços prestados	4	-	-	4
Total	162.603	12.593	66.366	241.562

	Consolidado			Total
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		
		até 90 dias	mais de 90 dias	
CIRCULANTE				
Consumidores livres	144.825	-	-	144.825
Mercado de curto prazo	19.035	13.737	93.426	126.198
Leilão de energia de reserva (LER)	16.396	-	-	16.396
Leilão de energia nova (LEN)	18.922	-	-	18.922
Serviços prestados	122	-	-	122
Total	199.300	13.737	93.426	306.463

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos de contas a receber vencidos estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Circulante				
Até 90 dias	12.593	94.567	13.737	103.812
De 90 a 180 dias	15.453	134.838	20.939	154.885
De 180 a 360 dias	50.913	-	72.487	3.602
Acima de 360 dias	-	-	-	492
Total	78.959	229.405	107.163	262.791

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

Notas Explicativas



6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				
Imposto de renda	23.919	6.489	28.910	11.350
Contribuição social	11.972	3.097	12.351	3.421
Imposto de renda retido na fonte	11.520	4.234	12.773	4.470
PIS e Cofins	-	-	1.571	1.027
Outros	6	2	1.797	1.591
Subtotal	47.417	13.822	57.402	21.859
NÃO CIRCULANTE				
ICMS	169	225	170	226
Subtotal	169	225	170	226
Total	47.586	14.047	57.572	22.085

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	30.06.2018
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Tributos ativos:								
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.120	3.574	(1.454)	(1.225)	2.126	3.607	(1.481)	(1.178)
Provisão para processos fiscais	5.281	4.567	714	954	5.281	4.567	714	954
Provisão para processos trabalhistas	1.864	1.755	109	224	1.865	1.755	110	224
Provisão de benefício a empregados	3.343	2.033	1.310	1.297	3.343	2.033	1.310	1.297
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.028	(1)	(1)	2.027	2.028	(1)	(1)
Provisão para processos cíveis	13.939	13.570	369	547	13.940	13.570	370	547
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	10.400	11.901	(1.501)	1.773	10.400	11.901	(1.501)	1.696
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	8.498	8.498	-	-	8.498	8.498	-	-
Provisões de meio ambiente	744	638	106	12	744	638	106	12
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	2.005	1.244	761	(385)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	(1.636)	1.051	-	1.051	(908)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	394	-	-	-	557	-	-	-
Outros	3.225	3.403	(177)	(1.860)	3.225	3.402	(177)	(1.861)
Tributos passivos:								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(368.109)	(383.082)	14.972	14.788	(368.109)	(383.082)	14.973	14.788
Ativo intangível - uso do bem público	(9.608)	(10.061)	453	453	(9.608)	(10.061)	453	453
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	-	(926)	-	-	-	(926)	-	-
Instrumentos financeiros financeiros derivativos	-	-	-	(1.730)	-	-	-	(1.730)
Atualização de depósito judicial	(285)	(181)	(104)	(55)	(285)	(181)	(104)	(55)
Atualização cauções e depósitos vinculados	(1.441)	(1.919)	478	(357)	(1.441)	(1.919)	478	(357)
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	(43)	(74)	31	(769)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(23.140)	(23.386)	246	(489)	(23.140)	(23.386)	246	(487)
Variação cambial não realizada	(195)	-	(195)	-	(195)	-	(195)	-
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	(350.943)	(367.588)	15.325	12.695	(347.759)	(366.386)	17.144	12.240
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota 8)			(8.046)	(8.673)			(8.046)	(8.673)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			7.279	4.022			9.098	3.567
Apresentação no balanço patrimonial								
Ativo líquido	-	-			3.227	1.276		
Passivo líquido	(350.943)	(367.588)			(350.986)	(367.662)		
Total	(350.943)	(367.588)			(347.759)	(366.386)		

Notas Explicativas



Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo) líquido
Controladora	51.835	(402.778)	(350.943)
AES Tietê Integra	1.057	-	1.057
AES Tietê Inova	163	-	163
Ametista	268	-	268
Araças	257	-	257
Borgo	46	-	46
Caetite	58	-	58
Da prata	59	-	59
Dourados	256	-	256
Espigão	36	-	36
Maron	174	-	174
Morrão	117	-	117
Pelourinho	111	-	111
Pilões	216	-	216
Seraíma	165	-	165
Serra do espinhaço	83	-	83
Tanque	41	-	41
Ventos do nordeste	-	(43)	(43)
Guaimbê I	20	-	20
Guaimbê II	12	-	12
Guaimbê III	49	-	49
Guaimbê IV	19	-	19
Guaimbê V	20	-	20
Consolidado	55.062	(402.821)	(347.759)

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(367.588)	(366.386)
Impacto no resultado	15.325	17.144
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	1.320	1.483
Saldo em 30 de junho de 2019	(350.943)	(347.759)

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2019 a 30.06.2019		01.04.2018 a 30.06.2018		01.04.2019 a 30.06.2019		01.04.2018 a 30.06.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	(9.198)	(3.418)	(27.284)	(9.934)	(11.282)	(4.562)	(29.757)	(10.809)
Diferidos	3.763	1.382	(895)	(192)	3.991	1.468	(1.427)	(389)
Total	(5.435)	(2.036)	(28.179)	(10.126)	(7.291)	(3.094)	(31.184)	(11.198)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	42.909	42.909	131.264	131.264	45.823	45.823	135.341	135.341
Adições (exclusões):								
Doações	24	24	172	172	24,36	24,36	172	172
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(17.251)	(17.251)	(21.940)	(21.940)	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	1.179	1.179	-	-	1.179	1.179
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(20.840)	(17.155)	(36.595)	(39.674)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	13.610	13.610	28.024	28.027
Amortização da mais valia em combinação de negócios	(4.370)	(4.370)	2.941	2.941	(3.349)	(3.349)	2.941	2.941
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	984	984	2.061	2.061	984	984	2.061	2.061
Juros capitalizados de controladas	-	-	-	-	(5.725)	(5.729)	-	-
Outras	322	322	(2.025)	(3.162)	525	521	(981)	(5.629)
Total das adições (exclusões)	(20.291)	(20.291)	(17.612)	(18.749)	(14.771)	(11.094)	(3.199)	(10.923)
Resultado ajustado	22.618	22.618	113.652	112.515	31.052	34.729	132.142	124.418
Aliquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	(5.655)	(2.036)	(28.413)	(10.126)	(7.763)	(3.126)	(33.036)	(11.198)
Incentivos fiscais	213	-	228	-	213	-	228	-
Outros	7	-	6	-	259	32	1.624	-
Total da despesa com tributos	(5.435)	(2.036)	(28.179)	(10.126)	(7.291)	(3.094)	(31.184)	(11.198)
Aliquota efetiva	12,7%	4,7%	21,5%	7,7%	15,9%	6,8%	23,0%	8,3%

Notas Explicativas



	Controladora				Consolidado			
	01.01.2019 a 30.06.2019		01.01.2018 a 30.06.2018		01.01.2019 a 30.06.2019		01.01.2018 a 30.06.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	(37.065)	(13.654)	(60.675)	(22.642)	(40.745)	(15.687)	(64.214)	(24.250)
Diferidos	5.312	1.967	2.408	1.614	6.581	2.517	2.001	1.566
Total	(31.753)	(11.687)	(58.267)	(21.028)	(34.164)	(13.170)	(62.213)	(22.684)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	140.892	140.892	227.012	227.012	144.786	144.786	232.614	232.614
Adições (exclusões):								
Doações	49	49	258	258	49	49	258	258
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(16.416)	(16.416)	289	289	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	161	161	1.356	1.356	161	161	1.356	1.356
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(37.493)	(31.804)	(43.867)	(44.996)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	39.141	39.141	60.742	60.738
Amortização da mais valia em combinação de negócios	(2.746)	(2.746)	2.941	2.941	(705)	(705)	2.941	2.941
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	1.967	1.967	2.061	2.061	1.967	1.967	2.061	2.061
Juros capitalizados de controladas	-	-	-	-	(13.418)	(13.418)	-	-
Outras	(55)	(55)	871	(277)	148	144	1.667	(2.933)
Total das adições (exclusões)	(17.040)	(17.040)	7.776	6.628	(10.150)	(4.465)	25.158	19.425
Resultado ajustado	123.852	123.852	234.788	233.640	134.636	140.321	257.772	252.039
Aliquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	(30.963)	(11.147)	(58.697)	(21.028)	(33.659)	(12.629)	(64.443)	(22.684)
Incentivos fiscais	713	-	418	-	713	-	418	-
Ajustes P&D	(1.516)	(540)	-	-	(1.516)	(540)	-	-
Outros	13	-	12	-	298	(1)	1.812	-
Total da despesa com tributos	(31.753)	(11.687)	(58.267)	(21.028)	(34.164)	(13.170)	(62.213)	(22.684)
Aliquota efetiva	22,5%	8,3%	25,7%	9,3%	23,6%	9,1%	26,7%	9,8%

7.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído:

	Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018
Prejuízos fiscais	318.018	278.877
Base negativa de contribuição social	318.018	278.877
Diferenças temporárias	-	3.364

Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

8 CRÉDITOS FISCAIS DE ÁGIOS INCORPORADOS

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos estavam assim representados:

Notas Explicativas



	Consolidado			
	30.06.2019			31.12.2018
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(114.274)	75.421	(38.853)	(33.993)
Subtotal	205.290	(135.491)	69.799	74.659
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(684.989)	458.625	(226.364)	(223.552)
Subtotal	123.315	(82.939)	40.376	43.188
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(66.671)	44.003	(22.668)	(22.294)
Subtotal	15.749	(10.394)	5.355	5.729
Total	344.354	(228.824)	115.530	123.576

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	123.576
Amortização	(23.983)
Reversão	15.937
Saldo em 30 de junho de 2019	115.530

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$57.962 em 31 de dezembro de 2018. A Companhia atualiza o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos. A capitalização ocorre de acordo com o cronograma definido em contrato assinado entre AES Brasil e BNDES, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Assembleia Geral Extraordinária (AGE), observadas as seguintes regras: (i) o saldo disponível para capitalização, nos termos da Instrução CVM nº 319/99, for igual ou superior a R\$50.000 ou (ii) tenham se passado três anos da última capitalização, o que ocorrer primeiro. Em 05 de julho de 2016, a Companhia aumentou seu capital, mediante capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio no valor de R\$154.628. Conforme detalhado na nota explicativa nº 33 de evento subsequente, em 05 de julho de 2019 foi submetida proposta à assembleia geral para sobre aumento de capital, mediante capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio no valor de R\$57.962.

Notas Explicativas



9 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais (ii)	38.259	35.410	38.259	35.410
Garantias de financiamento (i)	-	-	24.847	38.380
Subtotal	38.259	35.410	63.106	73.790
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	10.476	2.078	105.576	92.202
Cauções e depósitos vinculados (nota 20.1)	15.341	13.735	15.341	13.735
Garantias de compromissos contratuais (ii)	18.711	53.828	18.711	53.828
Subtotal	44.528	69.641	139.628	159.765
Total	82.787	105.051	202.734	233.555

- (i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações das escrituras de debêntures celebrados entre o Complexo Eólico Alto Sertão II e agente fiduciário, foi firmado “Contrato de direitos creditórios, administração de contas e outras avenças”, obrigando o Complexo Eólico Alto Sertão II a manter em conta vinculada as seguintes contas reservas, durante todo o prazo de vigência do contrato de financiamento: (a) Reservas de O&M, que deverá ser mantida com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção; (b) Reservas especiais individuais de titularidade de cada um dos parques, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas com o banco e não movimentável; (c) Reserva debêntures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.

As contas vinculadas mencionadas acima nos itens (a) e (c) devem possuir saldo como garantia às obrigações. Em relação ao item (c), a Reserva debêntures deve possuir saldo equivalente a uma parcela de serviço da dívida, paga semestralmente. Em 30 de junho de 2019, esses compromissos financeiros estão sendo cumpridos. Os saldos referem-se basicamente a aplicações financeiras de fundo de investimentos, com rentabilidade média de 96,88% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. Conforme apresentado na nota explicativa nº 15, em abril de 2019 houve a liquidação total dos seguintes empréstimos e financiamentos: Repasse BNDES, Repasse BNDES (Banco do Brasil) e BNDES (Subcrédito Social). Dessa forma, a partir desta data, a controlada indireta Tietê Eólica constituirá contas reservas apenas para as escrituras de debêntures.

- (ii) Depósito de garantias para litígios, *earn-out* e indenização geral dos vendedores oriundas da aquisição do Complexo Alto Sertão II, conforme condição precedente do Memorando de Fechamento assinado entre as partes. Os valores depositados nas contas garantia referentes ao *Earn-out*, garantias de litígios e indenização geral são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores.

Os saldos referem-se, basicamente, a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 99,39% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos vendedores.

Notas Explicativas



A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no semestre findo em 30 de junho de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	105.051	233.555
Adições	16.571	54.908
Atualizações	2.411	5.223
Baixas e resgates (i)	(41.246)	(90.952)
Saldo em 30 de junho de 2019	82.787	202.734

- (i) Parte do resgate da controladora, no montante de R\$34.103, deve-se à decisão desfavorável da arbitragem A, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.1. Para o consolidado, parte do resgate, no montante de R\$34.475, deve-se aos resgates antecipados de Repasse BNDES, Repasse BNDES (Banco do Brasil) e BNDES (Subcrédito Social), conforme detalhado na nota explicativa nº 15.3.

10 INVESTIMENTOS

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos classificados como direitos de exploração de autorização e direitos contratuais são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora	
	30.06.2019	31.12.2018
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.640.268	1.610.479
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (i)	32.061	32.605
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (ii)	55.020	56.443
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (iii)	115.192	98.078
Total	2.842.541	1.797.605

- (i) Direito de autorização de geração dos Complexos Boa Hora e Alto Sertão II, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 12.
- (ii) Direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Solar Boa Hora, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 12.
- (iii) Ajuste a valor justo na aquisição do Complexo Alto Sertão II, composto por: (a) mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante atualizado de R\$115.822 e (b) ajuste a valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de (R\$630), totalizando R\$115.192. A mais valia das máquinas e equipamentos está sendo amortizada com base na vida útil do ativo adquirido e amortizada a uma taxa de 4,75% ao ano. No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de Imobilizado e os custos de emissão para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas



A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2019 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.610.479	32.605	56.443	98.078	1.797.605
Equivalência patrimonial	16.416	-	-	-	16.416
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(223)	(1.423)	-	(1.646)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	-	(321)	-	(3.174)	(3.495)
Aumento de capital (i)	168.756	-	-	-	168.756
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	-	-	-	20.288	20.288
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	-	-	-	854.409
Outros resultados abrangentes (nota 30.Z)	(9.792)	-	-	-	(9.792)
Saldo em 30 de junho de 2019	2.640.268	32.061	55.020	115.192	2.842.541

Movimentação dos investimentos	Nova Energia	Boa Hora 1	Boa Hora 2	Boa Hora 3	Tietê Integra	Tietê Inova	Guaimbê Holding	AGV Solar IV	AGV Solar V	AGV Solar VI	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	659.025	106.616	105.310	133.578	5.586	33.462	664.346	28.525	51.870	9.288	1.797.605
Equivalência patrimonial	(10.621)	(2.540)	(2.216)	(3.538)	(2.031)	1.073	20.112	4.849	5.497	5.831	16.416
Aumento de capital (i)	533	3.483	3.858	13.066	1.325	2.907	726	29.506	34.823	78.529	168.756
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	20.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.288
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	854.409
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(317)	-	(2.068)	(2.779)	(4.628)	(9.792)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(548)	(549)	(549)	-	-	-	-	-	-	(1.646)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	(3.495)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.495)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.520.139	107.011	106.403	142.557	4.880	37.125	685.184	60.812	89.411	89.020	2.842.541

- (i) Aumentos de capital nas controladas, no montante de R\$168.756, destinados para reforço de capital de giro e construção do Complexo Solar Ouroeste.
- (ii) Realização do passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$14.294, conforme decisão judicial referente ao procedimento arbitral (“arbitragem A”) detalhado na nota explicativa nº 20.1 e à realização da mais valia dos empréstimos e financiamentos na aquisição do Complexo Alto Sertão II, no montante de R\$5.994, totalizando R\$20.288.
- (iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2019, foi aprovada a realização de AFAC para sua controlada direta Nova Energia Holding, no montante de até R\$905.000, para fins de pagamento antecipado de dívidas (vide nota explicativa nº 15.3). Até 30 de junho de 2019, a Companhia aportou R\$854.409. Este montante está registrado no patrimônio líquido da controlada como AFAC.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas do capital social	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado (ii)
Nova Energia	-	596.756.905	100%	694.289	1.387.082	1.387.082	(10.621)	(10.621)
Guaimbê Solar Holding	-	661.244.534	100%	661.244	685.111	685.111	20.112	20.112
Tietê Integra	8.000.100	-	100%	6.325	4.881	4.881	(2.031)	(2.031)
Tietê Inova	26.267.200	-	100%	35.738	35.876	37.124	90	1.073
Boa Hora 1	-	8.355.308.916	100%	83.553	79.823	83.936	(3.774)	(2.540)
Boa Hora 2	-	8.226.003.076	100%	82.260	79.312	83.425	(3.450)	(2.216)
Boa Hora 3	-	12.100.693.717	100%	121.007	115.353	119.466	(4.772)	(3.538)
AGV Solar IV	-	76.600.500	100%	59.762	57.806	60.813	1.994	4.849
AGV Solar V	-	99.000.500	100%	89.064	86.404	89.411	2.642	5.497
AGV Solar VI	-	99.000.500	100%	90.500	86.012	89.019	2.976	5.831
Total					2.617.660	2.640.268	3.166	16.416

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Companhia captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Companhia, nas informações contábeis intermediárias individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram capitalizados custos de empréstimos nas controladas Boa Hora, AGV e Tietê Inova, nos montantes de R\$3.703, R\$8.564 e R\$983, respectivamente. Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados

Notas Explicativas



foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado”.

11 IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora				
30.06.2019				31.12.2018
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	411.781	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.920.365	(1.976.446)	986.874
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	671.123	(487.483)	189.874
Máquinas e equipamentos	3,8%	2.117.229	(864.175)	1.281.464
Veículos	17,3%	8.923	(6.749)	2.692
Móveis e utensílios e outros	6,5%	7.256	(4.103)	3.206
Imobilizado em serviço		6.136.677	(3.338.956)	2.797.721
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		53.322	-	33.939
Bens vinculados às concessão e autorizações		6.192.098	(3.338.956)	2.911.929
Direito de uso de sede administrativa (iii)	11,0%	5.064	(124)	4.940
Equipamentos de informática	25,0%	-	-	752
Total Imobilizado		6.197.162	(3.339.080)	2.858.082

Consolidado				
30.06.2019				31.12.2018
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	414.706	-	414.706
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.920.365	(1.976.446)	986.874
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	746.928	(492.214)	261.616
Máquinas e equipamentos	3,7%	4.625.465	(1.054.244)	3.373.921
Veículos	17,3%	8.923	(6.749)	2.692
Móveis e utensílios e outros	6,4%	7.274	(4.106)	3.220
Imobilizado em serviço		8.723.661	(3.533.759)	5.189.902
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		341.164	-	441.833
Bens vinculados às concessão e autorizações		9.066.924	(3.533.759)	5.486.539
Direito de uso de sede administrativa (iii)	11,0%	5.064	(124)	4.940
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	4,0%	34.575	(466)	34.109
Equipamentos de informática	25,0%	-	-	752
Total Imobilizado		9.106.563	(3.534.349)	5.572.214

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela construção dos Complexos Solares e gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no qual estão localizados, que atualizado até 30 de junho de 2019, representa um montante líquido de depreciação de R\$12.036.
- (iii) Refere-se ao reconhecimento do direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), conforme detalhado na nota explicativa nº 3.2.

Notas Explicativas



(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2019 é como segue:

	Controladora							Saldo em 30 de junho de 2019
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção Inicial IFRS 16/CPC06 (R2)	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras movimentações	
Terrenos (i)	411.781	-	-	-	-	-	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	-	-	(126)	-	-	-	2.920.365
Edificações, obras civis e benfeitorias	670.499	-	-	-	624	-	-	671.123
Máquinas e equipamentos	2.110.830	-	-	(1.239)	7.638	-	-	2.117.229
Veículos	8.969	-	-	(46)	-	-	-	8.923
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.183	-	-	(2.024)	97	-	-	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-	-	2.099
Em curso	33.939	-	26.051	-	(8.359)	1.691	-	53.322
Direito de uso de sede administrativa	-	5.064	-	-	-	-	-	5.064
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	-	9.005	-	-	-	-	(9.005)	-
Subtotal	6.167.791	14.069	26.051	(3.435)	-	1.691	(9.005)	6.197.162
Depreciação	(3.255.110)	-	(85.451)	1.481	-	-	-	(3.339.080)
Total líquido	2.912.681	14.069	(59.400)	(1.954)	-	1.691	(9.005)	2.858.082

	Consolidado							Saldo em 30 de junho de 2019
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção Inicial IFRS 16/CPC06 (R2)	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	
Terrenos (i)	414.284	-	422	-	-	-	-	414.706
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	-	-	-	(126)	-	-	2.920.365
Edificações, obras civis e benfeitorias	745.485	-	-	-	-	1.443	-	746.928
Máquinas e equipamentos	4.330.195	-	-	-	(1.239)	296.509	-	4.625.465
Veículos	8.969	-	-	-	(46)	-	-	8.923
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.201	-	-	-	(2.024)	97	-	7.274
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-	-	2.099
Em curso	441.833	-	182.271	-	-	(298.049)	15.109	341.164
Direito de uso de sede administrativa	-	5.064	-	-	-	-	-	5.064
Direito de uso de terreno arrendado	-	34.575	-	-	-	-	-	34.575
Subtotal	8.872.557	39.639	182.693	-	(3.435)	-	15.109	9.106.563
Depreciação	(3.385.266)	-	(150.335)	(228)	1.480	-	-	(3.534.349)
Total líquido	5.487.291	39.639	32.358	(228)	(1.955)	-	15.109	5.572.214

- (i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo, no valor de R\$5.963.
- (ii) Refere-se ao subarrendamento efetuado às controladas AGV e Boa Hora, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 3.2.

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Concessão	2.805.535	2.863.939	2.805.535	2.863.939
Autorizações	45.508	45.891	2.725.531	2.620.501
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
Total	2.853.142	2.911.929	5.533.165	5.486.539

Notas Explicativas



12 INTANGÍVEL

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora			
	30.06.2019			31.12.2018
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(44.915)	28.259
Software e outros intangíveis	26,3%	48.854	(36.715)	12.139
		122.028	(81.630)	40.398

	Consolidado			
	30.06.2019			31.12.2018
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(44.915)	28.259
Intangível gerado na combinação de negócios (ii)	3,5%	19.073	(1.232)	17.841
Direitos contratuais Boa Hora(iii)	5,0%	60.000	(4.980)	55.020
Direito de exploração de autorização Boa Hora (iii)	3,0%	15.000	(780)	14.220
Direitos contratuais Guaimbês (iv)	5,0%	75.871	(3.127)	72.744
Direito de exploração de autorização Guaimbês (iv)	3,0%	9.421	(247)	9.174
Software e outros intangíveis	26,3%	50.641	(36.822)	13.819
		303.180	(92.103)	211.077

- (i) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (ii) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Complexo Solar Boa Hora, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.
- (iv) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Complexo Solar Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

Os valores dos itens (ii) a (iv) acima foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

Notas Explicativas



A movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2019 é como segue:

	Controladora			Total
	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.592	9.348	3.771	42.711
Adição	-	1.457	-	1.457
Amortização	(1.333)	-	(2.437)	(3.770)
Transferências	-	(5.311)	5.311	-
Saldo em 30 de junho de 2019	28.259	5.494	6.645	40.398

	Consolidado						Total
	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Outros ativos intangíveis		
					Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.592	131.063	23.765	18.162	10.600	3.771	216.953
Adições	-	-	-	-	1.992	-	1.992
Amortizações	(1.333)	(3.299)	(371)	(321)	-	(2.544)	(7.868)
Transferências	-	-	-	-	(5.691)	5.691	-
Saldo em 30 de junho de 2019	28.259	127.764	23.394	17.841	6.901	6.918	211.077

13 FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	1.081.613	979.740	1.081.613	979.740
Energia elétrica comprada para revenda	51.838	10.954	52.527	12.957
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 29)	-	6.394	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	9.359	9.364	11.134	10.702
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.557	3.429	2.557	3.429
Subtotal	1.145.367	1.009.881	1.147.831	1.006.828
Materiais e Serviços	22.796	37.358	69.215	104.980
Materiais e Serviços - partes relacionadas (nota 28)	122	-	122	-
Total	1.168.285	1.047.239	1.217.168	1.111.808

- (i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos e divulgados pela CCEE e atualizados pelo IGP-M, decorrentes dos efeitos da liminar obtida na discussão do denominado Rebaixamento Energético (GSF). O valor total informado pela CCEE (principal) é de R\$950.124 (R\$888.433 em 31 de dezembro de 2018). Como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE.

Até 30 de junho de 2019, foi reconhecido no resultado financeiro de 2019 uma despesa com atualização monetária no montante de R\$40.182 (R\$45.094 em 30 de junho de 2018), vide nota explicativa nº 28. O montante estimado total atualizado até 30 de junho de 2019 corresponde a R\$1.081.613 (R\$979.740 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 19 cartas de fiança no valor total de R\$18.474 e 13 seguros garantia no valor de R\$43.912, totalizando uma importância segurada de R\$62.386, com custo de 0,24% a 1,30% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

Notas Explicativas



14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Federais				
Imposto de renda	35.549	34.750	37.649	36.545
Contribuição social	13.114	5.888	14.332	6.963
Total	48.663	40.638	51.981	43.508

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Eólica, Guaimbê Holding e Nova Energia são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia e sua controlada Tietê Inova efetuaram os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa. Já as controladas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding e Nova Energia utilizando-se da apuração com base no balancete de redução apuraram prejuízo fiscal e não foi necessário efetuar antecipações.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPE's dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II e Guaimbê é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

15 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Controladora										
30.06.2019										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	909	-	(4.339)	(3.430)	353.545	(2.181)	351.364	347.934
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	6.650	-	(993)	5.657	197.224	(3.419)	193.805	199.462
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.592	-	(386)	4.206	343.340	(1.551)	341.789	345.995
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	20.347	-	(1.386)	18.961	750.000	(3.364)	746.636	765.597
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.552	8.064	(1.384)	8.232	206.971	(10.577)	196.394	204.626
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	18.653	-	(365)	18.288	1.380.000	(2.940)	1.377.060	1.395.348
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	5.803	-	(2.179)	3.624	645.134	(27.675)	617.459	621.083
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.620	-	(608)	1.012	180.039	(7.743)	172.296	173.308
Total da dívida			60.126	8.064	(11.640)	56.550	4.056.253	(59.450)	3.996.803	4.053.353
Controladora										
31.12.2018										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	435	-	(962)	(527)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.380	(2.698)	679.682	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.567	-	(373)	4.194	334.870	(1.743)	333.127	337.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.325)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
Subtotal			67.880	1.051	(11.623)	57.308	3.013.562	(28.338)	2.985.224	3.042.532
Empréstimos e financiamentos										
Arrendamento financeiro	8,39 a 15,64		-	393	-	393	435	-	435	828
Subtotal			-	393	-	393	435	-	435	828
Total da dívida			67.880	1.444	(11.623)	57.701	3.013.997	(28.338)	2.985.659	3.043.360

Notas Explicativas



Consolidado										
30.06.2019										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa	206	12.369	-	12.575	76.194	-	76.194	88.769
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% aa	193	8.794	-	8.987	71.345	-	71.345	80.332
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	909	-	(4.339)	(3.430)	353.545	(2.181)	351.364	347.934
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	6.650	-	(993)	5.657	197.224	(3.419)	193.805	199.462
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.592	-	(386)	4.206	343.340	(1.551)	341.789	345.995
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	20.347	-	(1.386)	18.961	750.000	(3.364)	746.636	765.597
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.552	8.064	(1.384)	8.232	206.971	(10.577)	196.394	204.626
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	18.653	-	(365)	18.288	1.380.000	(2.940)	1.377.060	1.395.348
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	5.803	-	(2.179)	3.624	645.134	(27.675)	617.459	621.083
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.620	-	(608)	1.012	180.039	(7.743)	172.296	173.308
Total das debêntures			60.525	29.227	(11.640)	78.112	4.203.792	(59.450)	4.144.342	4.222.454

Consolidado										
31.12.2018										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa	228	967	-	1.195	86.079	-	86.079	87.274
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% aa	222	5.610	-	5.832	76.101	-	76.101	81.933
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	435	-	(962)	(527)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.380	(2.698)	679.682	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.567	-	(373)	4.194	334.870	(1.743)	333.127	337.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.325)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
Subtotal			68.330	7.628	(11.623)	64.335	3.175.742	(28.338)	3.147.404	3.211.739
Empréstimos e financiamentos										
Repasso BNDES - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,88% aa	2.271	38.220	-	40.491	619.109	-	619.109	659.600
Repasso BNDES (Banco do Brasil) - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,60% aa	879	14.586	-	15.465	235.599	-	235.599	251.064
BNDES (Subcrédito Social) - Tietê Eólica	2031	TJLP	11	232	-	243	4.454	-	4.454	4.697
Arrendamento financeiro		8,39 a 15,64	-	393	-	393	435	-	435	828
Subtotal			3.161	53.431	-	56.592	859.597	-	859.597	916.189
Total da dívida			71.491	61.059	(11.623)	120.927	4.035.339	(28.338)	4.007.001	4.127.928

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

15.2 A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Repasses BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.042.532	828	3.043.360	3.211.739	828	915.361	4.127.928
Ingressos	2.200.000	1.309	2.201.309	2.200.000	1.309	-	2.201.309
Encargos financeiros	117.707	-	117.707	125.600	-	23.126	148.726
Varição monetária	32.086	-	32.086	33.856	-	3.497	37.353
Pagamento de principal	(1.182.380)	-	(1.182.380)	(1.185.724)	-	(912.614)	(2.098.338)
Pagamento de encargos financeiros	(125.461)	-	(125.461)	(131.886)	-	(29.370)	(161.256)
Diferimento custos de transação	(42.027)	-	(42.027)	(42.027)	-	-	(42.027)
Amortização custos de transação	10.896	-	10.896	10.896	-	-	10.896
Demais movimentações	-	(2.137)	(2.137)	-	(2.137)	-	(2.137)
Saldo em 30 de junho de 2019	4.053.353	-	4.053.353	4.222.454	-	-	4.222.454

Notas Explicativas



15.3 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
Controladora	301.758	15/12/2015	4ª Emissão (3ª série)	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	353.545	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	180.000	15/12/2016	5ª Emissão Debêntures	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	98.612	Dezembro de 2022	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	1.000.000	15/04/2017	6ª Emissão (1ª série)	CDI + 0,90%	Semestrais	Anual	(i) 341.190	Abril de 2021	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
							(ii) 341.190	Abril de 2022	
			6ª Emissão (2ª série)	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	171.670	Abril de 2023	
							171.670	Abril de 2024	
Controladora	1.250.000	15/02/2018	7ª Emissão (1ª série)	CDI + 0,52%	Única	Única	(i) 500.000	Fevereiro de 2020	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
			7ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	375.000	Fevereiro de 2022	
Controladora	200.000	15/05/2018	8ª Emissão Debêntures	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	215.035	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Controladora	2.200.000	15/03/2019	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.380.000	Março de 2026	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
								Março de 2027	
			9ª Emissão Debêntures (2ª série)	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	645.134	Março de 2028	
							645.134	Março de 2029	
AES Tietê Eólica	1.044.100	15/12/2014	Repasso BNDES Repasso BNDES (Banco do Brasil) BNDES (Subcrédito Social)	TJLP + 2,88% aa			(i) 649.306	Dezembro de 2031	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				TJLP			(ii) 245.475		
				TJLP + 2,60% aa			(iii) 4.100		
AES Tietê Eólica	146.000	15/12/2014	Debêntures de Infraestrutura	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	88.563 80.139	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo da dívida.
- (ii) Em abril de 2019, parte dos recursos obtidos por meio da 1ª série da 9ª emissão de debêntures foram destinados ao resgate antecipado facultativo total da 1ª série da 6ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$682.957 (R\$682.380 de principal e R\$577 de juros), com o consequente pagamento de prêmio de resgate antecipado, no montante de R\$6.122 (vide nota explicativa nº 28), e ao resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série da 7ª emissão, no montante de R\$540.280 (R\$500.000 de principal e R\$40.280 de juros). O resgate antecipado facultativo foi realizado para alongamento da dívida e obtenção de melhores condições de taxa.
- (iii) Os recursos aportados pela Companhia para a controlada Nova Energia por meio de AFAC, no montante de R\$854.409 (vide nota explicativa nº 10), foram utilizados para os seguintes resgates antecipados: (i) financiamento com o BNDES, no valor total de R\$653.406; e (ii) financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$245.475.

Todas as emissões da Controladora são quirográficas, não possuindo garantias, com exceção da 8ª emissão de debêntures, que contém: (i) garantia fidejussória prestada pelas SPE's do Complexo solar de Boa Hora; (ii) penhor de ações das referidas SPE's; e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios. Além disso, a debênture conta também com uma conta reserva relacionada ao pagamento das debêntures e com uma conta de complementação do ICSD (vide nota explicativa nº 9), para que no caso de descumprimento deste índice, a Controladora possa complementá-lo.

Notas Explicativas



15.4 Os valores relativos ao principal e encargos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2019		31.12.2018		30.06.2019		31.12.2018	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional								
CDI	2.169.000	52,59	1.992.772	64,63	2.169.000	50,52	1.992.772	47,81
IPCA	1.955.443	47,41	1.089.721	35,34	2.124.544	49,48	1.258.928	30,21
TJLP	-	-	-	-	-	-	915.361	21,96
Taxa fixa	-	-	828	0,03	-	-	828	0,02
Total	4.124.443	100,00	3.083.321	100,00	4.293.544	100,00	4.167.889	100,00

15.5 Em 30 de junho de 2019, as parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Custos de transação	Total
2020	378.354	(6.700)	371.654
2021	52.136	(8.845)	43.291
2022	522.866	(7.909)	514.957
2023	683.737	(6.460)	677.277
2024	209.220	(5.966)	203.254
Após 2024	2.357.479	(23.570)	2.333.909
	4.203.792	(59.450)	4.144.342

15.6 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação

	30.06.2019	31.12.2018
CDI ⁽ⁱ⁾	6,40%	6,40%
TJLP ⁽ⁱ⁾	6,26%	6,98%
IPCA ⁽ⁱⁱ⁾	3,37%	3,75%

⁽ⁱ⁾ Índice do último dia útil do período

⁽ⁱⁱ⁾ Índice acumulado dos últimos 12 meses

15.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures, empréstimos e financiamentos.

Conforme definidos nos contratos, a Companhia e sua controlada indireta Tietê Eólica acompanham *covenants* qualitativos, os quais em 30 de junho de 2019 encontram-se integralmente atendidos. Adicionalmente, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

4^a, 5^a e 6^a Emissões de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado¹ dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior

¹ EBITDA ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado antes dos tributos sobre o lucro” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o

Notas Explicativas



a 3,5 vezes, sendo que em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, o índice assume como limite 3,85 vezes durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro. Em 30 de junho de 2019 este índice era de 2,93 vezes;

- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,5 vezes. Em 30 de junho de 2019 este índice era de 2,82 vezes.

A não observância dos índices mencionados anteriormente por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 30 de junho de 2019.

7ª Emissão de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 4,0 vezes, sendo que em caso de um Evento de Investimento² pela emissora, o índice assume como limite 4,5 vezes durante o período de 12 meses, 4,25 vezes do 13º ao 24º mês, retornando para 4,0 vezes até a data de vencimento. Em 30 de junho de 2019 este índice era de 2,93 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,25 vezes. Em 30 de junho de 2019 este índice era de 2,82 vezes.

8ª Emissão de Debêntures

ICSD: calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida. Este índice deve ser igual ou superior a 1,2 vezes. A periodicidade da verificação deste índice é anual, sendo que a primeira verificação ocorrerá apenas com base nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

9ª Emissão de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 4,5 vezes. Em 30 de junho de 2019 este índice era de 2,93 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,25 vezes. Em 30 de junho de 2019 este índice era de 2,82 vezes.

Complexo Eólico Alto Sertão II

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o ICSD foi atendido.

cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

² Evento de investimento - significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.

Notas Explicativas



Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela controlada indireta Tietê Eólica contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da controlada indireta Tietê Eólica prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a referida controlada possui debênture de infraestrutura, os quais possuem restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo total de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding” e “Reserva especial individual das SPE’s”; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; e (v) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; (vi) verificação do *completion* físico LER 2010 e *completion* Físico LEN 2011 e (vi) preenchimento das contas reservas do projeto.

Em 30 de junho de 2019, a controlada indireta AES Tietê Eólica apresenta restrição para distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório, pois o item (ii) acima não foi atendido.

16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o pronunciamento técnico IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil com aplicação prospectiva.

A movimentação do passivo arrendado no período findo em 30 de junho de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	14.069	39.642
Encargos financeiros	999	2.827
Pagamento de principal	(499)	(3.047)
Saldo em 30 de junho de 2019	14.569	39.422

Notas Explicativas



Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2019	194	161
2020	134	669
Subtotal	328	830
NÃO CIRCULANTE		
2020	222	126
2021	491	619
2022	560	707
2023	639	807
2024	729	922
Após 2024	11.600	35.411
Subtotal	14.241	38.592
Total	14.569	39.422

No semestre findo em 30 de junho de 2019, alguns contratos de arrendamento não foram incluídos no escopo de reconhecimento por terem duração inferior a 12 meses ou valores abaixo de R\$387. Para estes casos, os pagamentos permanecem reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

A Companhia reconheceu na mensuração inicial o referido passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso, na rubrica Imobilizado. Vide nota explicativa nº 11.

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$4.658 e R\$4.347, totalizando R\$9.005 (nota explicativa nº11). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 14,85% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há receita reconhecida. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, conforme demonstrado na nota explicativa de partes relacionadas nº 29, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Participação nos lucros e resultados	6.234	10.513	6.252	10.609
Férias	7.766	7.643	7.784	7.761
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.338	2.748	3.347	2.791
Bônus (i)	1.287	1.579	1.287	1.579
Encargos sobre folha de pagamento	910	1.768	916	1.781
13º Salário	2.284	-	2.291	-
Folha de pagamento outros	165	53	165	52
Total Circulante	21.984	24.304	22.042	24.573
Bônus (i)	377	855	377	855
Total Não Circulante	377	855	377	855

(i) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais. Representa 50% do ILP (Incentivo de Longo Prazo) de cada Diretor (estatutário e

Notas Explicativas



não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pela Companhia. O indicador de referência é o EBITDA. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

18 OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP (Funcesp) é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

18.1 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Controladora			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Custo dos serviços correntes	963	1.925	780	1.559
Custo dos juros	10.124	20.248	9.163	18.325
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(9.385)	(18.771)	(9.099)	(18.198)
Total das despesas benefício definido	1.702	3.402	844	1.686
Contribuição definida	231	484	235	470
Total da despesa no período	1.933	3.886	1.079	2.156

	Consolidado			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Custo dos serviços correntes	963	1.925	780	1.559
Custo dos juros	10.124	20.248	9.163	18.325
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(9.385)	(18.771)	(9.099)	(18.198)
Total das despesas benefício definido	1.702	3.402	844	1.686
Contribuição definida	233	464	243	486
Total da despesa no período	1.935	3.866	1.087	2.172

Notas Explicativas



18.2 Movimentação do passivo registrado

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018
Saldo no início do período	32.139	3.954
Despesa do período conforme laudo atuarial	3.402	3.372
Pagamentos de contribuições	(713)	(1.346)
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	-	26.159
Saldo no final do período	34.828	32.139

18.3 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

19 CONTA DE RESSARCIMENTO - CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 se encerrará em dezembro de 2019.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração

Notas Explicativas



serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 30 de junho de 2019:

	Consolidado							
	30.06.2019				31.12.2018			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
CIRCULANTE								
CCEE	1.403	389	13.186	8.411	-	-	32.060	6.358
Distribuidoras	-	-	23.656	3.649	-	-	40.522	6.026
Subtotal	1.403	389	36.842	12.060	-	-	72.582	12.384
NÃO CIRCULANTE								
CCEE	7.028	1.385	104.767	20.649	50.938	2.541	56.159	10.623
Distribuidoras	-	-	239.003	36.871	-	-	162.235	24.125
Subtotal	7.028	1.385	343.770	57.520	50.938	2.541	218.394	34.748
Total	8.431	1.774	380.612	69.580	50.938	2.541	290.976	47.132

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial em 31.12.2018	Provisão / Reversão de provisão	Pagamentos	Saldo final em 30.06.2019
CCEE	2.541	(767)	-	1.774
Total ativo	2.541	(767)	-	1.774
CCEE	16.981	15.214	(3.135)	29.060
Distribuidoras	30.151	12.936	(2.567)	40.520
Total passivo	47.132	28.150	(5.702)	69.580

Notas Explicativas



20 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Trabalhista (a)	5.484	5.161	3.180	3.895	5.484	5.161	3.180	3.895
Meio ambiente (b)	2.188	1.877	-	-	2.188	1.877	-	-
Regulatório (c)								
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	33.425	33.984	-	-	33.425	33.984	-	-
Despacho 288 (c.2)	37.333	36.441	-	-	37.333	36.441	-	-
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.940	5.878	-	-	5.940	5.878	-	-
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	11.648	9.611	11.419	9.070	11.648	9.611	11.419	9.070
Cível (e)								
Arbitragens (e)	-	-	-	-	37.533	32.477	-	-
Outros processos cíveis	3.668	3.472	-	-	3.668	3.472	-	-
Total	99.686	96.424	14.599	12.965	137.219	128.901	14.599	12.965
Circulante	5.075	3.933			42.608	36.410		
Não Circulante	94.611	92.491			94.611	92.491		
Total	99.686	96.424			137.219	128.901		

O total de cauções e depósitos vinculados em 30 de junho de 2019 no montante de R\$15.341 (R\$13.735 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado							
	30.06.2019				31.12.2018			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	3.180	197	545	3.922	3.895	211	559	4.665
Fiscal	11.419	-	-	11.419	9.070	-	-	9.070
Total	14.599	197	545	15.341	12.965	211	559	13.735

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.161	1.877	70.425	15.489	3.472	96.424
Provisão	927	-	-	1.793	-	2.720
Atualização monetária	170	318	892	306	196	1.882
Atualização cambial	-	-	(559)	-	-	(559)
Reversão de provisão	-	(7)	-	-	-	(7)
Pagamentos	(774)	-	-	-	-	(774)
Saldo em 30 de junho de 2019	5.484	2.188	70.758	17.588	3.668	99.686

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.161	1.877	70.425	15.489	35.949	128.901
Provisão	927	-	-	1.793	-	2.720
Atualização monetária	170	318	892	306	1.822	3.508
Atualização cambial	-	-	(559)	-	-	(559)
Reversão de provisão	-	(7)	-	-	-	(7)
Pagamentos	(774)	-	-	-	(34.103)	(34.877)
Outros (i)	-	-	-	-	37.533	37.533
Saldo em 30 de junho de 2019	5.484	2.188	70.758	17.588	41.201	137.219

- (i) Refere-se à transferência de parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II, que passou de obrigações de aquisições para processos judiciais, conforme detalhado no item (e) abaixo.

Notas Explicativas



As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) Trabalhistas: Existem 111 processos (140 em 31 de dezembro de 2018) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 28 processos (38 em 31 de dezembro de 2018). O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$5.484, em 30 de junho de 2019 (R\$5.161 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que estes processos serão concluídos até 2023.

- (b) Meio ambiente: Existem 296 processos (333 em 31 de dezembro de 2018) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 280 demandas (281 em 31 de dezembro de 2018), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.188 (R\$1.877 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2024.

- (c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 30 de junho de 2019, no montante de R\$33.425 (R\$33.984 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2020.

- (c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em

Notas Explicativas



29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª. instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de junho de 2019 corresponde a R\$37.333 (R\$36.441 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$130.905 (R\$129.530 em 31 de dezembro de 2018) envolvidos na discussão, R\$5.940 (R\$5.878 em 31 de dezembro de 2018) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2020.

(d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de junho de 2019, corresponde a R\$11.648 (R\$9.611 em 31 de dezembro de 2018) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$11.419 (R\$9.070 em 31 de dezembro de 2018). Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

(e) Cível:

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$58.000. Desse montante, R\$22.265 já estavam registrados no balanço patrimonial da adquirida, na rubrica de “Fornecedores”. Tais valores estavam relacionados a dois procedimentos arbitrais movidos em face da Renova e das 15 SPE’s relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época. Como a Companhia efetuou o pagamento dos valores relativos a uma das arbitragens (“arbitragem B”), com a posterior liberação da “escrow” correspondente, permanece em andamento apenas um caso.

O procedimento de arbitragem (“arbitragem A”) foi iniciado em dezembro de 2015, relativo à execução de contratos de locação de guindastes e montagem de torres em parques eólicos, com o objetivo de obter os valores remanescente devidos por supostos atrasos nos cronogramas de obras, alegadamente atribuíveis à Renova. Em julho de 2018, foi proferida

Notas Explicativas



sentença arbitral julgando procedentes os pedidos das requerentes e improcedentes os pedidos da Renova, determinando a liquidação de parte da sentença para apuração dos valores relativos a determinados pleitos. Em virtude da ausência de pagamento espontâneo, por parte da Renova, com relação à parte líquida da sentença arbitral, foi ajuizada ação judicial para execução de sentença arbitral. Em fevereiro de 2019, foi proferida decisão que deferiu a penhora da quantia atualizada de R\$34.103. Em decorrência, foi bloqueado o montante total disponível nas contas de titularidade das SPE's o valor total de R\$27.405, sendo o saldo remanescente de R\$6.698 pago diretamente pela Companhia, pois, por ser a atual controladora das SPE's, é devedora solidária no polo passivo das demandas judiciais. Conforme condição precedente do Memorando de Fechamento da aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, em 2017 a Companhia efetuou depósito de garantias para litígios, assim como o provisionamento das obrigações de aquisição. Em abril de 2019, Companhia ressarciu as SPE's por meio das "escrows" correspondentes. Atualmente, aguarda-se decisão do juízo quanto a extinção do feito com relação a essa parcela da condenação. Com relação aos pedidos ilíquidos, em 22 de abril de 2019, o assistente técnico apresentou o laudo pericial, apontando que os pleitos outrora tidos como ilíquidos atingem o montante atualizado até 30 de junho de 2019 de R\$37.533. Importante ressaltar que este montante faz parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II e, por este motivo, estava provisionado em obrigações de aquisições. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável. Conforme detalhado na nota explicativa nº 9, os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia reclassificou o referido montante de obrigações de aquisições para processos judiciais. Atualmente, aguarda-se a manifestação das partes acerca do laudo pericial, oportunidade em que será possível questionar os valores apurados pelo perito e, apenas após essa fase, as empresas terão pleno conhecimento do montante da condenação a ser adimplido.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	9.220	8.709	9.220	8.709
Fiscal (c)	338.789	328.114	338.789	328.114
Regulatório (d)	-	109.482	-	109.482
Total	348.009	446.305	348.009	446.305

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de

Notas Explicativas



Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade da CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.

- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a Companhia tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro

Notas Explicativas



de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.5.

- (b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a empresa e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$8.431, atualizado até 30 de junho de 2019 (R\$7.963 em 31 de dezembro de 2018).

(c) Fiscal:

- (c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 20.1 sendo estimado como perda possível R\$124.965 de um total de R\$130.905 (R\$123.652 de um total de R\$129.530 em 31 de dezembro de 2018). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 30 de junho de 2019 em R\$49.852. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2019. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2020.
- (c.2) Auto de infração - ágio: Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$156.612 atualizado até 30 de junho de 2019 (R\$153.772 até 31 de dezembro de 2018). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de

Notas Explicativas



2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em relação ao andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (c.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de junho de 2019 é de R\$9.319 (R\$9.165 em 31 de dezembro de 2018).
- (c.4) Mandado de Segurança- Multa de Mora: Em abril de 2005, a Companhia moveu ação judicial em face da União Federal com o intuito de afastar a aplicação de multa de mora dos pagamentos de diferenças espontaneamente recolhidas a título de Contribuição ao PIS e da COFINS, referentes aos meses de junho a outubro de 2004. Em outubro de 2005, foi proferida decisão de 1ª instância, favorável aos interesses da Companhia. Em decorrência, a União Federal interpôs o recurso de apelação. Em setembro de 2008, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso da União Federal, mantendo a decisão favorável a Companhia. Em face desta decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou que fosse realizado o juízo de retratação e, com isso, um novo julgamento do recurso de apelação da União. Em fevereiro de 2010, foi proferida decisão monocrática favorável aos interesses da União Federal. Em decorrência, em fevereiro de 2011, a Companhia interpôs Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. O valor atualizado até 30 de junho de 2019 é de R\$9.539 (R\$9.452 em 31 de dezembro de 2018).
- (c.5) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente,

Notas Explicativas



aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2019 é de R\$19.953 (R\$15.577 em 31 de dezembro de 2018).

- (d) Regulatório: Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013: A Resolução CNPE nº 3, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação era classificada como possível.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 15 de dezembro de 2014, a União interpôs o recurso de apelação, para o qual foi negado provimento pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal. Em face desta decisão, a União interpôs recurso especial, tendo sido proferida decisão que negou seguimento ao recurso.

Considerando que a União não interpôs agravo contra a decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, em 03 de junho de 2019, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão de apelação.

Assim, em virtude do encerramento da ação de forma favorável aos interesses da Companhia, a probabilidade anteriormente classificada como possível torna-se extinta.

20.3 Outros processos - Rebaixamento Hidrelétrico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação no âmbito da Ação Judicial, entre elas a Companhia. Em 07 de fevereiro de 2018, a ação judicial foi julgada improcedente em 1ª instância e, conseqüentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, julgados em 16 de fevereiro de 2018, preservando os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANEEL opôs embargos de declaração, com o objetivo de reformar a parcela da decisão que restabeleceu os efeitos de liminar. Em 06 de março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos embargos de declaração da ANEEL e, conseqüentemente, manteve os efeitos da liminar favorável à APINE. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, através de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de 07 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2018).

Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL. A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância.

Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial.

Notas Explicativas

A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença. Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondentes ao período posterior a fevereiro de 2018 passam ser liquidados pela CCEE. Com relação ao mérito da discussão, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE.

A Companhia estima que o provável desembolso relacionado a esta discussão, atualizado até 30 de junho de 2019, seja de aproximadamente R\$1.081.613 (R\$979.740 em 31 de dezembro de 2018), montante este recebido pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os efeitos das medidas liminares. Com a finalidade de atender possíveis compromissos futuros do GSF, esses montantes recebidos estão mantidos em investimentos, sob a rubrica Caixa e equivalentes de caixa. Vide notas explicativas nº 13 e 30.3 (c.2).

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	5	175.549	0,35 a 2,80%
Trabalhista	1	765	0,34%
Cível	1	8.561	0,35%
	7	184.875	

Notas Explicativas



21 ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	9.436	2.675	9.436	2.675
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	6.879	8.065	6.879	8.065
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	493	411	493	411
Ministério de minas e energia	247	205	247	205
Taxa de fiscalização ANEEL	681	565	840	648
Subtotal	17.736	11.921	17.895	12.004
NÃO CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	9.936	15.788	9.936	15.788
Subtotal	9.936	15.788	9.936	15.788
Total	27.672	27.709	27.831	27.792

22 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				
Obrigações de aquisições (i)	37.533	19.989	-	19.989
Meio ambiente	1.620	1.583	2.046	2.009
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	-	437	-	437
Ajuste financeiro MCSD (iii)	-	-	-	335
Obrigações especiais (ii)	469	459	466	459
Demais obrigações	501	534	2.698	2.870
Subtotal	40.123	23.002	5.210	26.099
NÃO CIRCULANTE				
Obrigações de aquisições	30.680	64.798	30.680	46.615
Meio ambiente	8.033	7.850	14.620	14.442
Provisões para desmobilização (iv) (nota 11)	-	-	13.626	12.821
Ajuste financeiro MCSD (iii)	-	-	5.934	5.934
Obrigações especiais (ii)	3.652	3.879	3.652	3.879
Demais obrigações	3.073	2.873	3.122	3.681
Subtotal	45.438	79.400	71.634	87.372
Total	85.561	102.402	76.844	113.471

- (i) Na controladora refere-se à parte da contraprestação a ser transferida em troca da aquisição do controle acionário do Complexo Alto Sertão II. No consolidado, devido ao andamento do procedimento arbitral relacionado aos pedidos anteriormente ilíquidos, o montante foi reclassificado para a rubrica de processos judiciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.1(e) de provisões para processos judiciais e outros.
- (ii) De acordo com a publicação do Decreto 9022/2017, em seu artigo 27, os recursos do fundo de reversão e da Reserva Global de Reversão (RGR) que foram investidos e não compensados serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos. Assim, a Companhia amortizará integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026. A CCEE vem cobrando o referido saldo em parcelas mensais, aplicando juros de 5% a.a.
- (iii) De acordo com o estabelecido no contrato de venda para a Renova Comercializadora de Energia S.A, firmado em 03 de agosto de 2017, a diferença entre a energia comprada e a energia entregue, geraria uma obrigação de ressarcimento, com as mesmas regras do CCEAR com a CCEE, detalhados na nota explicativa nº 19. Este ressarcimento é atualizado pelo IPCA e será pago até dezembro de 2020.

Notas Explicativas



- (iv) Em junho de 2018, a Companhia reconheceu provisão no montante de R\$12.530 em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi de 4,1% na data-base da avaliação.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	30.06.2019		31.12.2018	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	477.289.199	61,57	477.289.199	61,57
BNDESPar	111.477.600	14,38	111.477.600	14,38
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.228.340	4,03	31.228.340	4,03
Outros	155.179.442	20,02	155.179.442	20,02
Ações ordinárias em circulação	775.174.581	100,00	775.174.581	100,00
Ações em tesouraria	3	-	3	-
Total das ações ordinárias	775.174.584	100,00	775.174.584	100,00
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	471.926	0,04	471.926	0,04
BNDESPar	445.910.403	37,40	445.910.403	37,40
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	124.913.360	10,48	124.913.360	10,48
Outros	620.914.627	52,08	620.914.627	52,08
Ações preferenciais em circulação	1.192.210.316	100,00	1.192.210.316	100,00
Ações em tesouraria	12	-	12	-
Total das ações preferenciais	1.192.210.328	100,00	1.192.210.328	100,00
Total das ações	1.967.384.912		1.967.384.912	

Notas Explicativas



23.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30.06.2019	31.12.2018
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação	186.570	186.570
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	3.030	2.839
Ações em tesouraria	264	264
Subtotal	199.269	199.078
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	714.565	743.629
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Plano de previdência privada - ganho (perda) atuarial, líquido de impostos	(16.494)	(16.494)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(9.792)	-
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	(766)	1.797
Subtotal	(27.052)	(14.697)
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	83.329	83.329
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	78.616
Reserva de investimentos	16.873	16.873
Subtotal	100.202	178.818
Total	986.984	1.106.828

23.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$78.616, correspondente a R\$0,03996170425 por ação ordinária e preferencial e R\$0,19980852125 por *unit* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais”. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 24 de julho de 2019.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2018, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2018, no montante de R\$47.363 correspondente a R\$0,02407399362 por ação ordinária e preferencial e R\$0,12036996810 por *unit*. A Companhia realizou o pagamento em 24 de julho de 2019.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$63.497 correspondente a R\$0,03227507501 por ação ordinária e preferencial e R\$0,16137537505 por *unit* referente ao período encerrado em 31 de março de 2019. O pagamento foi realizado em 24 de julho de 2019.

Notas Explicativas



24 RESULTADO POR AÇÃO

24.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

	Controladora			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Numerador:				
Resultado líquido do período	35.438	97.452	92.959	147.717
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	775.175	775.175	775.175	775.165
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.192.210	1.192.210	1.192.210	1.192.172
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00	1,00	1,00
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	1.192.210	1.192.210	1.192.210	1.192.172
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	1.967.385	1.967.385	1.967.385	1.967.337
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.967.385	1.967.385	1.967.385	1.967.337
Resultado básico por ação (R\$ por ação)				
Resultado básico por ação ordinária	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508
Resultado básico por ação preferencial	0,01801	0,04953	0,04725	0,07508
Resultado básico por Unit	0,09006	0,24767	0,23625	0,37542

Resultado atribuível aos acionistas:

	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Ordinárias	13.963	38.397	36.612	58.178
Preferenciais	21.475	59.055	56.347	89.539
Total	35.438	97.452	92.959	147.717

24.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23.1, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$186.570 (R\$186.570 em 31 de dezembro de 2018), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR Participações S.A., sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,38% para 45,46% em 30 de junho de 2019, considerando os preços das ações nesta mesma data.

Notas Explicativas



	Controladora			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Numerador:				
Resultado líquido do período	35.438	97.452	92.959	147.717
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	805.551	805.551	812.302	812.292
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.240.320	1.240.320	1.250.189	1.250.151
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)				
Resultado diluído por ação ordinária	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162
Resultado diluído por ação preferencial	0,01732	0,04763	0,04507	0,07162
Resultado diluído por Unit	0,08661	0,23817	0,22536	0,35811

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Ordinárias	13.954	38.371	36.612	58.178
Preferenciais	21.484	59.081	56.347	89.539
Total	35.438	97.452	92.959	147.717

25 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora							
	01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019		01.04.2018 a 30.06.2018		01.01.2018 a 30.06.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.532.906	422.911	5.328.915	895.271	2.448.047	407.718	4.675.335	783.339
Mercado de curto prazo								
MRE	150.119	1.714	680.302	6.223	28.175	334	166.641	347
SPOT	138.374	39.481	148.804	41.095	127.871	35.856	410.756	92.482
Outros	-	1.315	-	4.754	-	830	-	11.789
Leilão - Outras empresas	-	-	-	-	56.549	8.787	116.733	18.138
Partes relacionadas (nota 29)	108.926	4.613	135.655	5.745	-	-	-	-
Outras receitas	-	132	-	1.242	-	61	-	142
Receita operacional bruta	2.930.325	470.166	6.293.676	954.330	2.660.642	453.586	5.369.465	906.237
PIS e Cofins	-	(43.100)	-	(87.514)	-	(41.742)	-	(83.183)
ICMS	-	(4.222)	-	(8.238)	-	(2.324)	-	(6.979)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(4.043)	-	(8.170)	-	(3.923)	-	(7.807)
ISS	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Receita operacional líquida	2.930.325	418.801	6.293.676	850.408	2.660.642	405.597	5.369.465	808.267

	Consolidado							
	01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019		01.04.2018 a 30.06.2018		01.01.2018 a 30.06.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.532.906	422.911	5.328.915	895.271	2.448.047	407.718	4.675.335	783.339
Mercado de curto prazo								
MRE	150.119	1.714	680.302	6.223	28.175	334	166.641	347
SPOT	138.374	40.104	170.527	43.979	132.750	44.190	428.044	98.388
Outros	-	2.715	-	10.542	-	830	-	11.789
Leilão - Outras empresas	-	-	-	-	56.549	8.787	116.733	18.138
Contratos de energia eólicos	587.290	70.190	767.068	110.843	285.526	49.416	465.738	81.539
Contratos de energia solares	(35.241)	12.068	118.639	35.807	-	-	-	-
Partes relacionadas (nota 29)	-	298	-	1.135	-	1.005	-	1.129
Outras receitas	-	615	-	2.146	-	435	-	620
Receita operacional bruta	3.373.448	550.615	7.065.451	1.105.946	2.951.047	512.715	5.852.491	995.289
PIS e Cofins	-	(46.644)	-	(92.767)	-	(44.526)	-	(88.483)
ICMS	-	(4.225)	-	(8.241)	-	(2.324)	-	(6.979)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(4.043)	-	(8.170)	-	(3.923)	-	(7.807)
ISS	-	(14)	-	(69)	-	(45)	-	(12)
Receita operacional líquida	3.373.448	495.689	7.065.451	996.699	2.951.047	461.897	5.852.491	892.008

Notas Explicativas



26 CUSTO DA ENERGIA COMPRADA E TRANSMISSÃO

	Controladora							
	01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019		01.04.2018 a 30.06.2018		01.01.2018 a 30.06.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	706.845	(139.339)	1.104.726	(214.044)	348.976	(69.958)	590.283	(110.231)
Contratos com partes relacionadas (nota 29)	14.442	(4.613)	14.442	(4.613)	118.589	(29.238)	235.932	(58.169)
Mercado de curto prazo								
MRE	81.157	(1.285)	81.157	(1.285)	45.509	(3.146)	64.395	(4.294)
SPOT	(5.285)	(4.063)	103.945	(35.454)	-	22	-	2.120
Outros	-	-	-	-	-	(927)	-	(5.160)
Encargos de transmissão	-	(35.213)	-	(71.934)	-	(36.456)	-	(69.564)
Encargos de conexão	-	(713)	-	(1.426)	-	(759)	-	(1.519)
Crédito de PIS e Cofins	-	17.515	-	30.623	-	16.673	-	30.118
Total	797.159	(167.711)	1.304.270	(298.133)	513.074	(123.789)	890.610	(216.699)

	Consolidado							
	01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019		01.04.2018 a 30.06.2018		01.01.2018 a 30.06.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	706.845	(139.336)	1.104.726	(214.044)	302.612	(70.143)	594.766	(111.239)
Mercado de curto prazo								
MRE	81.157	(1.285)	81.157	(1.285)	45.509	(3.146)	64.395	(4.294)
SPOT	(5.285)	(4.118)	103.945	(35.287)	439	(881)	28.017	(4.180)
Outros	-	-	-	(2.327)	-	(927)	-	(5.160)
Encargos de transmissão	-	(40.197)	-	(80.838)	-	(39.147)	-	(76.903)
Encargos de conexão	-	(1.091)	-	(2.270)	-	(1.052)	-	(1.926)
Crédito de PIS e Cofins	-	17.515	-	30.623	-	16.671	-	30.117
Total	782.717	(168.512)	1.289.828	(305.428)	348.560	(98.625)	687.178	(173.585)

27 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
	Seguros	(2.508)	(5.032)	(2.431)
Contribuições setoriais	(1.554)	(3.105)	(1.445)	(3.979)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(161)	(1.179)	(1.356)
Arrendamentos e aluguéis	(482)	(758)	(625)	(1.007)
Aluguéis com partes relacionadas (nota 29)	-	-	(326)	(634)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(38)	45
Outros	(355)	(1.004)	(249)	(472)
Total	(4.899)	(10.060)	(6.293)	(12.274)

	Consolidado			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
	Seguros	(2.936)	(5.885)	(2.725)
Contribuições setoriais	(1.655)	(3.254)	(1.487)	(4.134)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(161)	(1.179)	(1.356)
Arrendamentos e aluguéis	15	(725)	(1.336)	(2.429)
Aluguéis com partes relacionadas (nota 29)	-	-	(326)	(634)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(38)	45
Outros	(387)	(1.160)	(230)	(427)
Total	(4.963)	(11.185)	(7.321)	(14.398)

Notas Explicativas



- (i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,2% a.a. no período findo em 30 de junho de 2019 (9,3% a.a. no período findo em 30 de junho de 2018), sobre os ativos qualificáveis.

29 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Ativo				
Contas a receber de clientes (i)				
Cessão de energia - Maron	249	-	-	-
Cessão de energia - Pilões	249	-	-	-
Cessão de energia - Ametista	249	-	-	-
Cessão de energia - Dourados	249	-	-	-
Cessão de energia - Caetité	91	-	-	-
Cessão de energia - Borgo	45	-	-	-
Subtotal	1.132	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas (ii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	1.447	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 2	1.447	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 3	1.447	-	-	-
Subarrendamento - AGV IV	1.550	-	-	-
Subarrendamento - AGV V	1.550	-	-	-
Subarrendamento - AGV VI	1.550	-	-	-
Subtotal	8.991	-	-	-
Máquinas e equipamentos				
Boa Hora 3 (iii)	-	-	13.767	12.632
Total do ativo	10.123	-	13.767	12.632
Passivo				
Fornecedores (nota 13)				
Compra de energia - Ametista (iv)	-	1.336	-	-
Compra de energia - Dourados (iv)	-	1.269	-	-
Compra de energia - Pelourinho (iv)	-	1.134	-	-
Compra de energia - Serra do Espinhaço (iv)	-	856	-	-
Compra de energia - Espigão (iv)	-	471	-	-
Compra de energia - Maron (iv)	-	1.328	-	-
Subtotal	-	6.394	-	-
Obrigações com entidade de previdência privada (nota 18)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (v)	34.828	32.139	34.828	32.139
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil				
	44.287	9.776	44.287	9.776
Total do passivo	79.115	48.309	79.115	41.915

Notas Explicativas



- (ii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 16. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de Outros créditos e Contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$ 30 e R\$8.961, respectivamente.
- (iii) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência inicialmente firmada para dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada para abril de 2019. Atualmente, o referido contrato está em fase de renegociação.
- (iv) A partir de janeiro de 2018, a Companhia passou a comprar energia das SPEs do Complexo Alto Sertão II através do MCSD, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE. O contrato teve validade até 31 de dezembro de 2018, preço médio de R\$246,55 e volume envolvido de aproximadamente 54,3 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros. Adicionalmente, a partir de fevereiro de 2019, novos contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 37,2 MWm de venda e 6,3 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.
- (v) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.
- (vi) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012. Em abril de 2018 houve rescisão desde contrato, sem ônus para a Companhia. As transações com a Eletropaulo estão sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, data em que a sua controladora direta AES Holdings Brasil Ltda vendeu a totalidade das suas ações para Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOE de 25 de abril de 2019, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos trimestres e semestres findos em 30 de junho 2019 e 2018 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Benefícios de curto prazo	19	1.593	1.278	2.794
Benefícios pós-emprego	-	25	27	65
Outros benefícios de longo prazo	46	119	72	120
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	-	-	335
Remuneração baseada em ações	30	91	56	110
Total	95	1.828	1.433	3.424

Notas Explicativas



30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Mensuração do valor justo	Notas	Consolidado				Categoria
			30.06.2019		31.12.2018		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4		123.723	123.723	152.816	152.816	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	1.273.158	1.273.158	881.148	881.148	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		319.538	319.538	451.900	451.900	Custo amortizado
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge	30.2	Nível 3	-	-	2.723	2.723	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Cauções e depósitos vinculados	9		202.734	202.734	233.555	233.555	Custo amortizado
Total			1.919.153	1.919.153	1.722.142	1.722.142	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	13		1.217.168	1.217.168	1.111.808	1.111.808	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15		4.222.454	4.214.400	4.127.928	4.114.032	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16		39.422	39.422	-	-	Custo amortizado
Derivativos - perdas não realizados em operações de hedge	30.2	Nível 3	1.160	1.160	-	-	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	30.2	Nível 2	482	482	2.861	2.861	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			183.693	183.693	41.585	41.585	Custo amortizado
Total			5.664.379	5.656.325	5.284.182	5.270.286	

Durante o período findo em 30 de junho de 2019, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

30.2 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

(a) Exposição ao risco de preços entre submercados

A Companhia está exposta a risco de diferenças de preços entre submercados decorrentes de contratos de venda de energia no submercado Nordeste e da alocação de energia no MRE, caso esta se dê em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada. A hidrologia crítica que vem se realizando no submercado Nordeste nos últimos anos indica que as diferenças de preços entre os submercados podem se manter nos próximos anos.

Com o objetivo de mitigar o risco referente ao contrato de venda de energia no Nordeste, a Companhia efetuou operações de compra no submercado Nordeste e revenda do volume no submercado Sudeste. Estas operações de compra e venda de energia foram firmadas com o objetivo exclusivo de mitigação de risco.

Em função das características dos referidos contratos, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de hedge de fluxo de caixa para o seu registro contábil.

Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

A metodologia de contabilização e apuração deste instrumento financeiro leva em consideração o valor justo, classificado na hierarquia nível 3, no reconhecimento inicial e a cada período em que são novamente mensurados. Como técnica de valoração do valor justo, a Companhia usou um modelo desenvolvido internamente e aplicou técnicas de avaliação do valor presente por desconto de fluxo de caixa futuros dos contratos de compra e venda de energia. As premissas foram definidas com base em informações históricas de mercado, indicadores macroeconômicos e projeções do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Na projeção do PLD utilizou-se modelos computacionais para formação de preço, além de premissas internas como hidrologia, despacho térmico, expansão da matriz energética e projeções da carga.

Notas Explicativas



A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” foi reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no montante de R\$1.160 em contrapartida ao passivo, na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”. Os valores acumulados no patrimônio serão transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. Durante o primeiro semestre de 2019, os montantes reconhecidos no resultado da controladora referentes às perdas realizadas em operações de hedge de fluxo de caixa, foram de R\$28.058.

Nestas operações, a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dos instrumentos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes em contrapartida ao ativo, na rubrica “Ganhos não realizados em operações de hedge”. Os valores acumulados no patrimônio são transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. A parcela não efetiva do hedge é registrada no resultado do período.

(b) Exposição ao risco de moeda estrangeira

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de imobilizado para projetos de geração solar, em 2018 e 2019, as controladas AGVs e Inova contrataram operações de NDF com vencimento até 18 de fevereiro de 2019 e 06 de novembro de 2019, respectivamente. A contratação destas operações não apresenta caráter especulativo e foram classificadas dentro das regras de contabilidade de hedge.

Em 30 de junho de 2019, a controlada AES Tietê Inova possui NDFs com valor nocional de US\$3.433 (R\$13.799), com vencimentos entre 03 de julho de 2019 a 06 de novembro de 2019. O preço médio de exercício das NDF's é de R\$4,02. Os ganhos e perdas das NDFs das controladas AGV e Inova foram registrados em outros resultados abrangentes sob a rubrica Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no período da demonstração consolidada, nos montantes de R\$9.474 realizado e R\$318 não realizado, totalizando R\$9.792 (nota explicativa nº 23.1). Em 30 de junho de 2018, a posição do NDF registrada na rubrica Instrumentos financeiros derivativos, no passivo circulante, é de R\$482.

30.3 Gerenciamento de riscos

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de junho de 2019 é a seguinte:

	30.06.2019
Caixa e equivalentes de caixa	123.723
Investimentos de curto prazo	1.273.158
Contas a receber de clientes	319.538
Cauções e depósitos vinculados	202.734
Total da exposição	1.919.153

Notas Explicativas**(a.2) Risco de gerenciamento de capital**

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	4.053.353	3.043.360	4.222.454	4.127.928
Passivo de arrendamento (nota 16)	14.569	-	39.422	-
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(105.282)	(103.591)	(123.723)	(152.816)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(1.194.822)	(848.268)	(1.273.158)	(881.148)
Dívida líquida	2.767.818	2.091.501	2.864.995	3.093.964
Patrimônio líquido	1.464.612	1.523.474	1.464.612	1.523.474
Índice de alavancagem financeira	188,98%	137,28%	195,61%	203,09%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de junho de 2019, 1,85% (2,93% em 31 de dezembro de 2018) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 5,8 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2018).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 15.7.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de junho de 2019	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.217.168	-	-	-	-
Debêntures	44.803	44.951	404.422	1.423.115	2.376.255
Passivo de arrendamento	872	4.829	5.010	12.017	20.659
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	183.693	-	-	-	-
Total	1.446.536	49.780	409.432	1.435.132	2.396.914

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2019.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

Em 30 de junho de 2019, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

Notas Explicativas



O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de 2019 é:

	30.06.2019
Investimentos de curto prazo	1.273.158
Debêntures (nota 15)	(4.293.544)
Total da exposição líquida	(3.020.386)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA, não contemplam os saldos de custos de transação.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures, empréstimos e financiamentos.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.06.2019	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			2,86%	4,28%	5,71%	7,14%	8,57%
Investimentos de curto prazo	CDI	1.273.158	36.412	54.491	72.697	90.903	109.110
Impacto no resultado			36.412	54.491	72.697	90.903	109.110
Dívidas	Risco	Posição em 30.06.2019	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			2,86%	4,28%	5,71%	7,14%	8,57%
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	CDI	(770.347)	(32.333)	(43.414)	(54.573)	(65.732)	(76.891)
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	CDI	(1.398.653)	(54.388)	(74.448)	(94.648)	(114.849)	(135.050)
Impacto no resultado			(86.721)	(117.862)	(149.221)	(180.581)	(211.941)
IPCA			1,86%	2,78%	3,71%	4,64%	5,57%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(88.773)	(8.532)	(9.411)	(10.301)	(11.188)	(12.077)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(80.336)	(7.934)	(8.732)	(9.539)	(10.343)	(11.149)
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(354.454)	(37.029)	(40.565)	(44.146)	(47.714)	(51.288)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA	(203.874)	(17.373)	(19.372)	(21.395)	(23.412)	(25.432)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(347.932)	(30.500)	(33.918)	(37.380)	(40.828)	(44.284)
Debêntures - 8ª Emissão	IPCA	(216.587)	(17.310)	(19.422)	(21.562)	(23.693)	(25.829)
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(650.937)	(43.337)	(49.608)	(55.958)	(62.285)	(68.624)
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(181.659)	(12.094)	(13.844)	(15.616)	(17.382)	(19.151)
Impacto no resultado			(174.109)	(194.872)	(215.897)	(236.845)	(257.834)
Total da exposição líquida			(224.418)	(258.243)	(292.421)	(326.523)	(360.665)

Notas Explicativas



(b) Outros riscos considerados relevantes

(b.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desde a licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto, não indenizados, uma vez que a regulamentação vigente, publicada para usinas que tiveram sua concessão renovada, ainda não se aplica à Companhia.

(b.2) Risco hidrológico

Limites máximo e mínimo do PLD

Anualmente, no mês de dezembro, a ANEEL estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. O cálculo do PLD mínimo considera os custos de operação e manutenção das usinas hidrelétricas em regime de cotas, bem como referentes à compensação financeira.

Em 18 de dezembro de 2018 foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2.498/2018, que estabeleceu os limites máximos e mínimos do PLD para o ano de 2019. O PLD mínimo e máximo foi definido em R\$42,35 R\$/MWh e R\$513,89 R\$/MWh, respectivamente (vs. PLD mínimo de R\$40,16 R\$/MWh e máximo de R\$505,18 R\$/MWh para o ano de 2018).

Impactos da retração de geração hidroelétrica no MRE / GSF

Desde 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

A Energia Natural Afluente (ENA) verificada no 1º Semestre de 2019 foi de aproximadamente 82,6% da Média de Longo Termo (MLT) e verificou-se energia secundária no MRE (GSF>1) de +13,5% devido, principalmente, à sazonalização das usinas do MRE.

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Durante o ano de 2018, foram opostos embargos de declaração pela APINE e ANEEL, além de decisão de 1ª instância pelo Tribunal. Diante disso, em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do mérito das apelações interpostas pela ANEEL e APINE. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 20.3.

Adicionalmente, conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

Notas Explicativas



Repactuação do GSF

O Projeto de Lei (PL) nº 10.332, que versa sobre a repactuação do GSF e considera o ressarcimento dos riscos não hidrológicos aos geradores que participam do MRE por meio de extensão das concessões destes geradores para os efeitos (ii) e (iii) e por meio dos ESS para o efeito (i) conforme explicado abaixo:

São três os principais riscos que estão previstos para serem ressarcidos aos geradores: (i) despacho fora da ordem de mérito (GFOM), (ii) atraso/restrrição de transmissão do escoamento da energia dos projetos estruturantes (Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) e, (iii) motorização acelerada da entrada em operação comercial das máquinas destes projetos estruturantes, que aumentou a garantia física dos mesmos sem a correspondente geração de energia. Os efeitos no GSF da GFOM serão ressarcidos de forma retroativa a 2013 e os demais riscos serão retroagidos ao início dos respectivos efeitos (2012 ou posterior).

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o texto da Lei do referido PL foi encaminhado para aprovação do Senado Federal (PL 10332 convertido em PLC 77), porém em outubro de 2018 o texto não foi aprovado pelo Senado Federal e por consequência o PLC foi rejeitado. Assim, a questão do risco hidrológico passou a ser discutida no âmbito do PL 10985, aprovado pelo Senado e submetido, em novembro de 2018, à apreciação da Câmara dos Deputados. Em 26 de junho de 2019, a Câmara dos Deputados votou o PL 10985. Em relação ao texto apresentado pelo Senado, foi feita apenas uma alteração referente a destinação de 20% das receitas da União voltados à saúde e educação. Não houve alterações relativas às propostas do GSF. Assim, a matéria precisará voltar ao Senado Federal antes de ser sancionada, cabendo apenas a aceitação ou não da alteração feita. Não há previsão de votação por parte do Senado. A ANEEL não apresentou até o momento nenhuma proposta que contemple os valores do passado, mas se compromete a tratar do deslocamento hidrelétrico provocado pela geração térmica fora da ordem de mérito por razão elétrica, e do deslocamento resultante da importação de energia elétrica, além da busca da neutralidade dos efeitos da antecipação de garantia física das hidrelétricas estruturantes e a adequada alocação de vertimentos turbináveis em usinas hidrelétricas.

Mudanças no cálculo do PLD

A partir da primeira semana operativa de 2019 considerou-se a alteração nos patamares de carga na cadeia de Modelos Computacionais do Setor Elétrico, conforme Consulta Pública MME nº 51/2018. A alteração foi motivada devido a modificação no comportamento horário da carga, resultando em alterações significativas, tais como a redução da carga no horário correspondente ao atual patamar de carga pesada, com os picos de demanda ocorrendo no meio do período vespertino, sobretudo no verão. A alteração visou uma maior aderência com a curva real de carga para a otimização do despacho hidrotérmico que irá refletir em resultados mais próximos à realidade operativa.

Em 21 de dezembro de 2018 o CPAMP divulgou um cronograma com as atividades em desenvolvimento para o aprimoramento do cálculo dos preços que, se aprovados em até 31 de julho de cada ano, deverão ser implementados a partir de janeiro do ano subsequente.

A Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP, deliberou em 6 de junho de 2018 pela postergação da implementação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em etapa horária para janeiro de 2020.

Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE entenderam que, para a utilização do DESSEM na programação diária da operação e cálculo do PLD horário, há a necessidade de aprimoramentos no modelo durante o ano de 2019, de forma a melhor representar alguns aspectos da realidade operativa do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A discussão sobre aprimoramento do cálculo dos preços tem como objetivo reduzir distorções no sinal de PLD decorrente do despacho térmico fora da ordem de mérito definido, na operação real do sistema.

Notas Explicativas



Para que a implantação do DESSEM seja efetuada em janeiro de 2020, as alterações deveram ser aprovadas até 31 de julho de 2019, conforme estabelecida pela Resolução 07/2016, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

Além do preço horário, está incluso no cronograma do CPAMP para 2019 a inclusão do volume Mínimo Operativo, sendo este, um mecanismo adicional de segurança aos modelos de otimização energética.

31 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

31.1 Atividade de financiamento

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.043.360	41.585	3.084.945	4.127.928	41.585	4.169.513
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos (nota 15)	2.200.000	-	2.200.000	2.200.000	-	2.200.000
Pagamentos de principal (nota 15)	(1.182.380)	(6)	(1.182.386)	(2.098.338)	(6)	(2.098.344)
Diferimento custos de transação (nota 15)	(42.027)	-	(42.027)	(42.027)	-	(42.027)
Pagamento de encargos financeiros (nota 15) (i)	(123.770)	-	(123.770)	(146.147)	-	(146.147)
Juros capitalizados (nota 28)	(1.691)	-	(1.691)	(15.109)	-	(15.109)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida (nota 28)	128.603	-	128.603	159.622	-	159.622
Varição monetária (nota 15)	32.086	-	32.086	37.353	-	37.353
Arrendamento financeiro (nota 15)	1.309	-	1.309	1.309	-	1.309
Destinação de dividendos (nota 23)	-	142.114	142.114	-	142.114	142.114
Demais movimentações (nota 15)	(2.137)	-	(2.137)	(2.137)	-	(2.137)
Saldo em 30 de junho de 2019	4.053.353	183.693	4.237.046	4.222.454	183.693	4.406.147

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

32 SEGUROS

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31/12/2018	31/12/2019	3.750.000
Seguro terrorismo	31/12/2018	31/12/2019	1.125.000
Vida em grupo	01/01/2019	01/01/2020	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	01/04/2019	01/04/2020	40.000
Riscos ambientais	01/04/2019	01/04/2020	10.000
Responsabilidade civil de obras (i)	17/05/2018	02/09/2019	15.000
Riscos de engenharia (i)	17/05/2018	02/09/2019	274.600 / 357.290
Frota veículos - RCF	01/04/2019	01/04/2020	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2019	01/04/2020	100.000

(i) Cobertura para riscos de construção do Complexo Solar Ouroeste, durante o período das obras. Os riscos de engenharia possuem cobertura de R\$274.600 e R\$357.290, para os Complexos AGV e Boa Hora, respectivamente. O seguro de responsabilidade civil de obras, possui cobertura de R\$15.000 individualmente para os Complexos AGV e Boa Hora.

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo e os seguros de construção do Complexo Solar Ouroeste. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

Notas Explicativas



O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

33 EVENTO SUBSEQUENTE

Aumento de capital social mediante a capitalização da reserva especial de ágio da Companhia

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 05 de julho de 2019, foi submetida posposta à assembleia geral para aumento de capital social no valor de R\$57.962, mediante a capitalização de parcela da reserva especial de ágio, com a emissão de 17.057.152 ações ordinárias e 11.090.552 ações preferenciais, idênticas às ações de tais espécies já existentes, ao preço de emissão de R\$2,06 por ação ordinária e preferencial, equivalente a R\$10,30 por *unit*. Sendo aprovado o aumento de capital proposto, o capital social da Companhia passará de R\$416.646 para R\$474.608. A assembleia geral extraordinária está prevista para ser realizada no dia 07 de agosto de 2019.

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, divididos em investimentos destinados à manutenção e à modernização dos ativos em operação, expansão, sendo elas construção do Complexo Solar Ouroeste e investimentos em geração distribuída e juros capitalizados para o exercício social corrente e próximos 4 anos.

2 - EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia divulgou, em 06 de agosto de 2018, a projeção de acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo Complexo Solar Guaimbê.

3 - EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia divulgou, em 06 de novembro de 2018, a projeção de acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo Complexo Solar Ouroeste (“Complexo”), caso sejam cumpridas as condições de entrada em operação comercial do Complexo.

4 - Múltiplo EV/EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia divulgou, em 06 de novembro de 2018, a projeção de EV/EBITDA estimada para o Complexo Solar Ouroeste, baseada nas premissas divulgadas em mesmo documento para total de aquisição mais investimento estimado para o Complexo e o acréscimo de EBITDA anual a ser gerado, caso sejam cumpridas as condições de entrada em operação comercial.

b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o exercício social corrente e próximos 4 anos, podendo ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 - EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia divulga sua estimativa para o acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo complexo Solar Guaimbê, podendo esta ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

3 - EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia divulga sua estimativa para o acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo complexo Solar Ouroeste, podendo esta ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

4 - Múltiplo EV/EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia divulga sua estimativa para o Múltiplo EV/EBITDA do complexo Solar Ouroeste, podendo esta ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções e modernização dos ativos operacionais;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Indicadores de crescimento;
- Iniciativas estratégicas;
- Novos projetos; e
- Obrigações regulatórias.

2 - EBITDA - Complexo Solar Guaimbê

A projeção tem como principais premissas assumidas pela Companhia para avaliação da aquisição do Complexo: i) capacidade instalada de 150 MW; ii) energia assegurada comercializada no leilão de 29,5 MWm e geração esperada; iii) estrutura de custos projetada; e iv) contrato de venda de energia vigente, ajustado pelo índice de correção – IPCA esperado, se encerrando em 2037. A estimativa mencionada é uma projeção, considerando o EBITDA médio para o período de 2019 a 2023, e como tal, sujeita a variação caso venham a ser verificadas mudanças das premissas assumidas pela Companhia.

3 - EBITDA - Complexo Solar Ouroeste

A projeção tem como principais premissas assumidas pela Companhia: (i) capacidade instalada de 144 MW; (ii) energia assegurada comercializada no leilão de 36 MWm; (iii) estrutura de custos conforme projetada; (iv) contrato de venda de energia vigente, ajustado pelo índice de correção – IPCA esperado, se encerrando em 2037 e 2040; e (v) entrada em operação antecipada da segunda fase do projeto em 1 ano e meio, possibilitando a comercialização de energia no mercado livre neste período. A estimativa mencionada é uma projeção, considerando o EBITDA médio para o período de 2019 a 2023, e como tal, sujeita a variação caso venham a ser verificadas mudanças das premissas assumidas pela Companhia.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2019-2023), encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões ¹	2019E	2020E	2021E	2022E	2023E	Total 2019E- 2023E
Modernização e Manutenção	70,5	74,2	74,4	79,7	66,2	365,1
Expansão ²	273,2	1,4	0,0	0,0	0,0	274,7
Juros de Capitalização ³	4,4	2,6	5,9	5,0	4,5	22,4
Total	348,2	78,2	80,4	84,6	70,7	662,1

¹ valores nominais

² considera construção do Complexo Solar Ouroeste e investimentos em geração distribuída

³ não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

2 - EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia projeta o acréscimo de EBITDA anual no intervalo entre R\$ 75 milhões e R\$ 85 milhões a ser gerado pelo Complexo Solar Guaimbê.

3 - EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia projeta o acréscimo de EBITDA anual no intervalo entre R\$ 70 milhões e R\$ 80 milhões a ser gerado pelo Complexo Solar Ouroeste.

4 - Múltiplo EV/EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia projeta o múltiplo que relaciona o valor da empresa (*Enterprise Value* ou EV) com seu resultado operacional (EBITDA), de 8x a 9x.

e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

Atualização 2T19

Encerrado o segundo trimestre de 2019, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2019-2023), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

Atualização 1T19

Encerrado o primeiro trimestre de 2019, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2019-2023), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

Atualização 4T18

A Companhia atualizou suas projeções referentes a previsão de investimentos para o período de 2019 a 2023. Para tal período, a AES TIETÊ planeja investir um total de aproximadamente R\$ 662 milhões que serão direcionados à modernização e manutenção de seus ativos em operação e à expansão, principalmente para finalização da construção de seus parques solares. As projeções atualizadas e substituídas estão apresentadas, respectivamente, nos itens “d - 1” e “e”, este último no subitem “Atualização 4T17”.

As projeções atualizadas e substituídas serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estarão disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aestiete.com.br/>. dentro do prazo legal.

A Companhia apresenta um comparativo entre os valores realizados e projetados para o ano de 2018, conforme tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões ¹	Estimativa 2018	Realizado 2018	Varição
Modernização e Manutenção	68,7	67,9	-1,2%
Expansão ²	405,0	365,1	-9,9%
Juros de Capitalização ³	9,9	4,3	-56,8%
Total	483,6	437,2	-9,6%

¹ valores nominais

² considera construção do Complexo Solar Ouroeste

³ não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

A AES Tietê investiu em 2018 um total de R\$ 437,2 milhões, valor 342,1% maior que o montante investido em 2017 (R\$ 98,9 milhões). No total do acumulado de 2018 destacam-se:

- (i) R\$ 365,1 milhões para novos projetos, sendo 76,9% deste valor (R\$ 280,6 milhões) destinados à construção da Fase 1 do Complexo Solar Ouroeste; e
- (ii) R\$ 56,4 milhões destinados à manutenção e modernização dos ativos existentes da Companhia, sendo R\$ 47,6 milhões às usinas de Água Vermelha e Ibitinga.

Nota

- i. *As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.*

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes aos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de julho de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP034519/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2019.

São Paulo, 26 de julho de 2019.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2019.

São Paulo, 26 de julho de 2019.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores